DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0508/15		DATA: 07/05/2015
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 10h08min	TÉRMINO: 12h39min	PÁGINAS: 55

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KALINA LEITE GONÇALVES - Secretária de Segurança Pública e de Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte.
HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Juiz da Vara de Execuções Penais de Natal e Nísia Floresta — Estado do Rio Grande do Norte.
REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Diretora da Penitenciária de Alcaçuz — Estado do Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

Discussão sobre a situação carcerária vivida pelo Estado do Rio Grande do Norte.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 7ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, requisito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Silas Freire.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *Situação carcerária vivida pelo Estado do Rio Grande do Norte*, com a exposição do Srs. Dr. Henrique Baltazar dos Santos, Juiz da Vara de Execuções Penais de Natal e Nísia Floresta, do Estado do Rio Grande do Norte; da Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Dra. Kalina Leite Gonçalves, Secretária de Segurança Pública e de Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte; e a Sra. Dinorá Simas Lima Deodato, Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte.

Antes de convidar as autoridades e os convidados para virem à mesa, eu quero explicar que nós vamos ter que começar a reunião, porque me parece que a Dra. Regina e a Dra. Dinorá não se encontram presentes. Como cada um dos senhores convidados terá 20 minutos, no decorrer da reunião, se elas chegarem, nós as convidaremos. Isso, para não atrasar, porque aqui, quando atrasamos, cria-se um efeito cascata, e vamos perdendo as Comissões. Sabemos que o Ministro da Justiça está no plenário. Eu gostaria muito de estar lá, porque teria alguns questionamentos, mas, por força do nosso compromisso aqui, não será possível.

Dessa forma, convido o Sr. Dr. Henrique Baltazar dos Santos e a Sra. Dra. Kalina Leite Gonçalves a tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra aos expositores, eu peço atenção aos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas considerações. A nossa Deputada Carmen Zanotto, autora do requerimento, terá o prazo de 10 minutos para suas considerações. Cada Deputado membro terá 5 minutos para tecer suas considerações, e cada Deputado não membro, 3 minutos.

Havendo acordo entre os convidados, vou conceder primeiramente a palavra à Sra. Kalina Leite Gonçalves. S.Sa. tem a palavra por 20 minutos.

A SRA. KALINA LEITE GONÇALVES - Bom dita a todos.

Eu queria cumprimentar todos os Parlamentares aqui em nome do Deputado Alberto Fraga.

Eu pedi para falar primeiro, autorizada aqui pelo Dr. Henrique Baltazar. Eu sou Secretária de Segurança do Estado do Rio Grande do Norte e sou delegada de polícia, com atuação por 15 anos.

O convite para aqui comparecer, Deputado, deve ter sido em razão da minha passagem pela Secretaria de Justiça, tendo em vista que o sistema prisional no Rio Grande do Norte não é de competência da Secretaria de Segurança, e sim da Secretaria de Justiça.

Eu vou fazer um breve relato a respeito do que eu conheço, na condição de delegada de polícia que sou há tantos anos, e dos 8 ou 10 dias que eu passei à frente da Secretaria de Justiça, interinamente, cumulando a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Justiça.

O Dr. Henrique Baltazar, Juiz da Execução Penal há muitos anos no Estado, tem certa e notadamente muito mais condições de falar da complexa situação do sistema prisional no Rio Grande do Norte, que é antiga e profunda: o caos.

Eu assumi a Secretaria de Segurança em janeiro deste ano. Estava na condição de interventora judicial do sistema socioeducativo, que digo que precede o sistema prisional. Essa intervenção judicial, fruto de uma ação do Ministério Público, ocorreu em razão do caos do sistema socioeducativo. A gente tem que pensar que todo o sistema está extremamente prejudicado, corroído. E, com a intervenção

judicial, a gente teve condição de recuperar algumas vagas, implementar uma política pedagógica no sistema socioeducativo, e o sistema prisional continuou abandonado por esses anos.

O Secretário que foi nomeado para ser responsável pelo sistema prisional no Estado ficou durante 2 meses somente. Os investimentos na área são poucos. A grande problemática da superpopulação carcerária, que eu acho que acontece no Brasil todo, no Rio Grande do Norte é acentuada. O Dr. Henrique tem esse número certinho, mas nós temos uma deficiência de mais de 4 mil vagas no sistema prisional, além de todo o desrespeito a qualquer direito fundamental.

Eclodiu aquela crise, em março, no sistema prisional do Estado. Evento igual àquele já aconteceu em outros Estados do Brasil, com queimas de ônibus, com ameaças de crimes mais violentos contra a pessoa, além de crime contra o patrimônio. Em razão de a Secretaria de Segurança deter a gestão das polícias, terminou por eu ter que responder pelo sistema prisional. Quando o sistema prisional não está bem, prejudica sobremaneira a segurança pública, com diversas repercussões.

Tivemos que tirar policiais das ruas para fazer a guarda de presídios; tivemos 16 unidades prisionais no Estado depredadas, algumas completamente destruídas. E o que nós fizemos? Tivemos apoio incondicional do Governo Federal. Solicitamos a presença da Força Nacional, que no outro dia se fez presente. Convocamos o GGI — Gabinete de Gestão Integrada para compartilhar a responsabilidade não só do Executivo, mas para chamar o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Pastoral Carcerária, a Comissão de Direitos Humanos, a OAB, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, enfim, todos os poderes e instituições que poderiam contribuir naquele momento. E permanecemos por 4 dias ininterruptos, nas madrugadas inclusive, trabalhando e segurando praticamente aqueles homens com a força policial nas muralhas dos presídios.

O Dr. Henrique Baltazar foi uma peça fundamental no desfecho disso, porque, graças a Deus, embora tenhamos tido prejuízo material, pelo menos as vidas foram poupadas, tanto dos apenados, quanto dos servidores do sistema e das pessoas que transitavam na cidade. Houve um momento de pânico muito grande. Todas as pessoas se recolheram. Durante duas noites, os ônibus deixaram de circular, as

escolas deixaram de abrir, mas, com esse somatório de forças, o mal foi menor do que poderia ter sido.

Há uma preocupação muito grande do Governo do Estado, nossa, certamente do Poder Judiciário e do Ministério Público, com os investimentos que devem ser feitos no sistema prisional. A criação de vagas é urgente, bloqueadores de celulares, porque todas as ações comandadas nas ruas são muitas vezes provenientes de dentro dos presídios. Então, precisa-se de bloqueadores de celulares, de tornozeleira eletrônica, enfim, de algumas medidas que, penso, poderiam partir inclusive desta Casa Legislativa e da União.

Esses são pré-requisitos que devem ser adotados em todos os Estados para minimizar essa situação da superpopulação carcerária. Infelizmente, o desmantelo, o desajuste no sistema prisional repercute diretamente, eu diria, na maior preocupação dos Estados, que é com a segurança pública.

Então, na verdade, a minha passagem pela Secretaria de Justiça foi de apenas 10 dias interinamente. Se eu tiver alguma contribuição a mais a fazer... Por isso eu disse: deixem-me falar, porque a minha fala vai ser muito mais breve do que a do Dr. Henrique Baltazar, que já está há muitos anos no sistema prisional.

Nós do Estado sabemos que essa crise era anunciada, porque houve relatórios desde 2008, salvo engano, inclusive do Conselho Nacional de Justiça, com reuniões com a Governadora, reuniões com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, mas, infelizmente, as ações que deveriam ter sido desenvolvidas não o foram, e eclodiram em pouco tempo de gestão. Tivemos que administrar para evitar um mal maior.

Então é isso. Se precisarem de mais alguma informação, eu estou aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Agradecemos à Dra. Karina. Agora, vamos dar a palavra ao Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Bom dia, senhoras e senhores.

Apenas para contextualizar a minha situação no sistema: eu sou Juiz de Direito do Rio Grande do Norte desde 1985 — 30 anos, portanto, de Magistratura;

desde 1990, eu sou Juiz de Execução Penal em Comarcas do interior do Estado; e, nos últimos 5 anos, em Natal.

Em Natal, nós temos nove presídios e há mais dois, que são os maiores do Estado, numa Comarca vizinha, chamada Nísia Floresta. Por designação do Tribunal, desde 2011, eu estou respondendo por esses dois presídios. Eles são os maiores presídios do Estado, onde há 1.500 presos mais ou menos. Eu arredondo os números, porque tenho certa dificuldade de decorar números quebrados. Então, os dois, somados, têm 1.500 presos mais ou menos. Um presídio tem 1.000, 1.100 presos e o outro tem, na última contagem que me foi entregue esta semana, 490 presos. Na verdade, eu errei a soma: há quase 1.600 presos.

Bom, eu vou fazer um resumo da situação do Rio Grande do Norte. Ela não é muito diferente da maior parte do Brasil. Os senhores já devem ter visto na CPI algumas informações nesse sentido. Nós temos um déficit de 250 mil vagas mais ou menos no País, sem contar os mandados de prisão que não estão cumpridos, apesar de que esse número dos mandados de prisão não cumpridos é um número irreal. Ele serve mais para assustar e não para possibilitar medidas do que definir a realidade. Os milhões, os milhares, centenas de milhares de mandados de prisão que existem não são reais, porque muitos são contra a mesma pessoa. Há criminosos que têm 6, 8 ou 10 mandados de prisão contra ele, e o sistema de prisão conta esses mandados como se fossem números individuais — daí um número furado.

Os números são irreais também por culpa da estrutura do Judiciário, que não alimenta corretamente o Banco Nacional de Mandados de Prisão. Nós temos prisões já realizadas, já efetivadas, pessoas que já estão presas e, no sistema, consta como mandado em aberto. Então, é um número que não corresponde à realidade.

No Rio Grande do Norte, nós temos hoje 7.700 presos mais ou menos. Digo mais ou menos porque todo dia prende-se alguém, todo dia alguém foge. Então, esse número termina ficando meio irreal, mas há em torno de 7.700 presos e menos de 4 mil vagas — 3.700, 3.600 vagas — com outro problema, um adicional ao problema. Esse número de vagas também é irreal. Por que irreal? Vamos para a história.

Nos anos de 2008, 2007, por aí, o Governo do Rio Grande do Norte foi condenado em ações judiciais a retirar os presos das delegacias de polícia. Ações movidas pelo Ministério Público e pelo SINPOL, pelo Sindicato de Polícia Civil, obrigaram o Governo a separar. No Rio Grande do Norte, como a Secretária falou, o sistema penitenciário não é da Secretaria de Segurança, também não é uma Secretaria independente, só de administração penitenciária, como é em alguns Estados. No Rio Grande do Norte, nós temos a SEJUC, que é Secretaria de Justiça e Cidadania, que administra, desde o sistema penitenciário até centrais do cidadão, defesa civil, minorias de homossexuais, negros, mulheres, etc. Apesar de que o Estado tem Secretaria para isso, tem uma secretaria definida, mas há órgão ligados, que estão na SEJUC. Então, a SEJUC é um samba do crioulo doido. É difícil para o Secretário administrar isso.

Bom, como o Estado teve a determinação de tirar os presos da delegacia de polícia e levar para o sistema penitenciário, o Governo da época tomou uma medida que, para mim, foi a causadora de todos os problemas que se seguiram. O Governo, em vez de construir presídios para receber os presos que deveriam ser retirados das delegacias, transformou as carceragens das delegacias em presídios. Naquela época, nas estatísticas do Governo Federal do Rio Grande do Norte, havia dois mil e poucos presos e mais 3 mil presos que estavam com a Polícia Civil espalhados em delegacias em todo o Estado.

Hoje, você os relatórios dão conta de que houve um aumento, de que duplicou a população carcerária ou triplicou a população carcerária do Rio Grande do Norte, o que não é verdade. O problema é que os presos não estavam no sistema penitenciário, estavam nas delegacias de polícia.

O que o Governo fez? Simplesmente, a Governadora transformou as carceragens das delegacias em presídios. Então, pegou-se um pedaço do prédio em que havia uma delegacia de polícia funcionando, em que havia as celas, a carceragem, pintou-se na parede CDP — Centro de Detenção Provisória, e ali virou um presídio. Dois ou três agentes penitenciários foram colocados para trabalhar em escala de revezamento, porque, na verdade, a segurança do prédio continuava sendo feita pela Polícia Civil, que era a dona do prédio.

Bom, era essa a estrutura que a Polícia Civil tinha para receber presos por poucos dias. A Polícia Civil tinha brigado na Justiça para tirar os presos de lá, porque não havia segurança. Os presos fugiam de lá, porque os prédios eram mal feitos, não serviam para ser cadeia: as celas não tinham a proteção devida nas paredes. Esses prédios foram, de repente, transformados em penitenciárias, em presídios, cadeias públicas com o nome de CDP.

O resultado disso é que, oficialmente, nós temos um número de quase 3.700 vagas e, na verdade, na prática, não o temos. No decorrer do tempo, os anos se seguiram, e o Governo seguinte saiu fechando alguns desses CDPs que eram incabíveis e que não tinham condições de funcionar de forma nenhuma. Nenhum tinha condições de funcionar, mas havia alguns que tinham menos condições ainda. É como aquela história contada em *A Revolução dos Bichos:* alguns são mais iguais que os outros. Os presídios eram tão ruins, mas alguns eram piores que os outros.

Quando eu assumi a Execução Penal em Natal, encontrei um presídio situado em um bairro próximo ao mangue, ao rio onde há o mangue. A pessoa descia, do térreo da delegacia, meio andar, porque ficava meio andar para baixo , para onde estavam as celas, a iluminação vinha de um buraco no teto; havia um pergolado por onde entrava luz e ar, porque aquelas celas estavam debaixo da terra, estavam abaixo do nível do chão. Então, esse foi um dos que foi fechado. O Governo saiu fechando algumas dessas unidades, as piores, e não construiu nenhuma outra.

No Governo anterior, da Governadora Wilma, ela construiu duas cadeias no Estado: uma cadeia para 200 vagas, na verdade, uma ampliação de uma cadeia com poucas vagas. Ela também deixou incompleto outro presídio, com 400 vagas, que foi construído, inaugurado, mas que não estava funcionando. O Estado não pagou à construtora, invadiu o prédio que era da empresa ainda, tomou conta e acabou: instalou um presídio lá. Instalou, inaugurou, mas não começou a funcionar. O Governo seguinte, que foi o Governo que terminou no ano passado, da Dra. Rosalba, durante os 4 anos de governo, a única obra que fez no sistema penitenciário foi inaugurar e fazer funcionar esse presídio com 400 vagas.

Resultado: nós tínhamos um sistema ruim, com cadeias antigas e semidestruídas. As cadeias do Rio Grande do Norte praticamente foram construídas quando o Ministro Garibaldi foi Governador, há mais de 12 anos — as cadeias hoje

existentes. Entre elas, a que é mais famosa no Estado, que é a maior, é a Penitenciária Estadual de Alcaçuz, que tem hoje 1.100 presos. A Penitenciária de Alcaçuz foi construída para 450 presos — o número de celas é para 450 presos. O projeto existente era para um presídio agrícola, e ela foi construída em cima de uma duna. Quem conhece Natal sabe que a cidade e a região ao redor, a Grande Natal, são praias. Então, temos dunas. A cadeia foi construída em cima de uma duna. Duna é areia. Quando os filhos são pequenos, vai-se para a praia brincar com eles. A criança, com uma pazinha de plástico, cava buraco que quase vai para dentro do mar por ele. Os presos também fazem a mesma coisa. Uma pá de ventilador, uma hélice de ventilador é um instrumento que cava túneis enormes.

Essa semana, a TV mostrou uma reportagem sobre um túnel enorme, com 8 metros para baixo e 15 metros para a frente, que os presos construíram. Eu estava aqui há pouco, quando a Secretária estava falando, e o Diretor da Penitenciária de Alcaçuz estava ligando para mim falando sobre outro túnel descoberto hoje do mesmo tipo. Não mediram ainda, mas é outro túnel desses que descem vários metros e vão para fora. É areia, ou seja, constrói-se facilmente. Basta começar a cavar e pronto. A gente brinca dizendo que, com as unhas, cava-se. A areia é fácil de cavar.

Como o projeto era de uma penitenciária agrícola, então, não tem base adequada. O chão não é feito da forma como deveria ser, de modo a impedir a cavação, que normalmente é feita com metal e cimento.

Dentro da estrutura da Penitenciária de Alcaçuz, há, então, esse novo presídio que eu falei que foi construído pela ex-Governadora. Esse outro é o Presídio Rogério Coutinho, na mesma estrutura, e não há fugas lá, porque ele é feito com essa base sólida que impede que os presos tenham acesso à areia e não consigam cavar.

No ano passado, um sistema nessa situação, sem o Governo construir. O Governo, por mais que tenha tentado, não construiu as obras. Eu estive aqui em Brasília, em 2013, a convite do Ministro Joaquim Barbosa, que esteve em Natal. O CNJ foi, em 2010 e depois foi de novo em 2013, fazer uma inspeção no Rio Grande do Norte; depois do CNJ, o CNPCP, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, foi e fez também inspeções. Fizeram recomendações as mais

diversas. Na ocasião, o Ministro Joaquim Barbosa conseguiu acertar uma reunião com o Ministro da Justiça, o Ministro Cardozo, aqui em Brasília — eu vim como convidado para essa reunião —, e discutiu-se finalmente, conseguiu-se uma liberação de uma verba pequena, de 24 milhões de reais, do Fundo Penitenciário Nacional para o Rio Grande do Norte construir duas cadeias para 1.200 presos nessas duas cadeias. Infelizmente, o Governo não deu andamento. Dizem que o Governador disse logo que não tinha dinheiro para dar a contrapartida, algo em torno de 9 milhões de reais, que não iria dar a contrapartida. Foi destinada quase toda a verba para uma das unidades, e o Governo atual ainda está vendo se a constrói, com brigas políticas com Prefeitos e tudo o mais.

Eu disse, na semana passada, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, quando os Prefeitos fizeram um movimento para que não se construísse a cadeia lá na cidade, que todo mundo reclama que tem que ter cadeia, todo mundo reclama que tem que ter segurança, todo mundo diz que tem que construir presídios, só que todo mundo quer que o presídio seja construído longe de sua casa. O problema é que qualquer lugar é perto da casa de alguém. Então, qualquer cidade vai ter sua liderança política que vai brigar para que o presídio não seja construído lá. E aí está o Governo do Rio Grande do Norte ainda lutando para construir um presídio de 600 vagas, quando hoje nós temos um déficit de mais de 4 mil vagas. Esse déficit se ampliou. Por quê? No ano passado, desenvolvemos uma grande operação, feita pelo Ministério Público no Rio Grande do Norte, na Comarca de Nísia Floresta, pela qual eu respondo. Durante 10 meses, foram interceptadas duas organizações criminosas grandes: uma que todos conhecem, é do País inteiro, o famoso PCC, que também está nos presídios do Rio Grande do Norte, e outra que é uma facção local conhecida como Sindicato do RN, que controla uma parte dos presídios. São duas facções que mostraram força. Nós identificamos 140 membros dessas duas facções no Rio Grande do Norte. Eles foram identificados, estão sendo processados, foram denunciados por crime de organização criminosa. Determinei o bloqueio de dinheiro, tudo o mais, decretei 140 prisões desse pessoal. A maioria deles é lá do Estado, mas alguns são do Estado do Paraná. Inclusive, o PCC, no Rio Grande do Norte, é controlado pelo PCC do Estado

do Paraná. É o Paraná que dá ordens para o PCC do Estado do Rio Grande do Norte. E esse processo está em andamento.

E o que aconteceu? Como o Estado resolveu mudar a política nessa área de enfrentamento ao crime organizado, o crime organizado teve que mudar também a sua tática. Em 2010 ou 2011 — acho que foi em 2010, não sei se a Dra. Kalina lembra —, houve também incêndios de carros, de ônibus no Rio Grande do Norte, determinado, na época, pelo PCC. E a Secretaria de Segurança Pública sempre dizia que, se reconhecesse a existência do PCC, como se trata de uma grife, essa grife iria se valorizar pelo reconhecimento da sua existência, e então ele preferia combater o crime organizado sem reconhecer a sua existência. Está provado que isso não é eficaz. Essa ideia eu discuti várias vezes com a Secretaria de Segurança, mostrando que era incabível. A primeira forma de se combater um problema é reconhecer a sua existência. O PCC já é uma grife nacional. Não faz mais diferença reconhecer ou não o PCC no Rio Grande do Norte. E o PCC se tornou cada vez mais forte por lá. E, pior, houve uma cisão do PCC e foi criada essa outra organização criminosa. E as duas estão funcionando, trabalhando no Estado do Rio Grande do Norte.

Este ano, como eles tiveram esse revés no ano passado, essa operação que o Ministério Público fez, com prisões, apreensão de armas, fuzis, inclusive fuzis automáticos, dinheiro, e muita gente sendo processada criminalmente, respondendo a novo processo, tendo prisão decretada, etc., as organizações criminosas resolveram mostrar a força de outra forma: controlando os presídios. Desde o início do ano eu tento mostrar isso ao Governo do Estado, que tem o famoso problema da falta de dinheiro para construir presídios. Tenho mostrado ao Governo do Estado que a situação atual, em que 30 presos ocupam o lugar de 10, resulta na perda do controle, pelo Estado, sobre o sistema prisional. Não há como garantir os direitos humanos dos presos; não há como garantir os direitos dos agentes penitenciários que trabalham com os presos; não há como garantir nem os direitos dos familiares dos presos. Por quê? Porque a estrutura é abusiva.

Eu ficaria horas aqui mostrando os vários problemas, entre eles o das visitas. Os visitantes entram no pavilhão para visitar os seus familiares. Não há um local para visita, não há a separação dos presos. A visita íntima e a visita social são feitas

juntas. E aí tem preso mantendo relações sexuais perto de outro que está recebendo sua família, separados só por um lençol. E há — esses são informes que a gente recebe dos próprios presos — até comércio sexual no presídio. Houve um homicídio na Penitenciária de Alcaçuz, um preso matou o outro. Ele disse que matou o outro preso porque o sujeito simplesmente obrigou a sua esposa a manter relações sexuais com ele em pagamento de uma dívida de droga lá dentro do presídio. Por quê? Porque estão todos juntos lá dentro. Não há recursos, mas o recurso existe.

Eu vou aproveitar esses últimos minutos para lembrar os senhores essa situação. Aqui no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado, existem pelo menos dois projetos de lei que ajudariam muito a melhorar isso, se aprovados. São projetos que mudam o Fundo Penitenciário Nacional, que transferem recursos do Fundo Penitenciário Nacional para os Fundos Penitenciários Estaduais. Eu vi no portal da transparência e acabei não entendendo direito como é aquele troço lá. Mas eu ouvi do Ministro da Justiça que o Fundo Penitenciário Nacional tem em sua conta cerca de 4 bilhões e 500 milhões de reais, quase todo o dinheiro contingenciado. No ano passado, a previsão de ingresso de recursos do Fundo Penitenciário era de quase 400 milhões de reais. Esse fundo recebe, por exemplo, 3% de todas as loterias do País. Mas os 4,5 bilhões de reais que ele tinha foram contingenciados pelo Governo Federal e não são distribuídos.

Um dos dois projetos existentes no Congresso é de autoria do Senador Aécio Neves e outro, do Senador Ferraço — desculpem-me, acho que o nome é esse —, do Espírito Santo. O projeto do Senador Ferraço, inclusive, já passou na Comissão de Constituição e Justiça no ano passado, no dia 12 de novembro. Ele foi aprovado e foi para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Esses projetos mandam transferir obrigatoriamente, automaticamente um percentual — o projeto do Senador Ferraço, salvo engano, 60%, e o do Senador Aécio, 30% — para os Estados, para que tenham algum recurso para construir presídios. Se não constroem presídios, os Estados não têm controle sobre o sistema penitenciário. O problema maior do sistema penitenciário é a falta de controle. Não vai resolver aumentar as penas alternativas. Escuto esse discurso a toda hora: *"A pena alternativa vai resolver"*. Nós aplicamos muito as penas alternativas. Eu tenho sob minha responsabilidade, de

execução penal, cerca de 8 mil processos, metade dos quais de penas alternativas. O regime aberto é aplicado demais e o semiaberto também. O problema é que os criminosos que estão recolhidos na prisão normalmente são pessoas que têm vários processos, condenados várias vezes, com penas altíssimas. Não há mais o que se fazer. É tentar espremer para soltar, até porque você solta e o sujeito é preso na semana seguinte cometendo outro crime. É preciso construir presídios para poder depois trabalhar a ressocialização dos presos. Sem espaço adequado isso não acontecerá.

O meu tempo se esgotou. Estou à disposição dos Srs. Deputados, do Sr. Relator e dos demais para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Dr. Henrique.

Antes de passar a palavra ao Relator, eu queria fazer um registro. Quero lamentar profundamente a ausência da nossa convidada Dra. Regina Miki, que chegou até a se dirigir à Câmara, foi atender a um pedido do Ministro e depois mandou avisar que declinava do convite feito pela CPI. É um ato deselegante. Evidentemente, se a Comissão depois achar conveniente, nós vamos convocá-la. Quando, às vezes, eu insisto aqui em que, em vez de fazer convite, devemos convocar, é para evitar dissabores como esse. Falo não das autoridades civis que nós estamos aqui recebendo, mas de uma pessoa que exerce o cargo de Secretária Nacional de Segurança Pública, que se recusou a vir participar de uma audiência para nos dar informações a respeito de um sistema que, por culpa deles, está essa esculhambação. Simplesmente declina do contive, como se isso aqui fosse brincadeira. É lamentável! Quero que fique registrada essa atitude irresponsável da Secretária Regina Miki. Depois a Comissão vai ter que tomar alguma providência com relação a isso.

A Dra. Dinorá acaba de chegar. Convido-a para vir à mesa fazer a sua explanação. Em seguida o Relator fará as suas colocações.

É um prazer tê-la conosco, doutora. Eu sei que está faltando Secretário de Transporte em Brasília. No meu tempo, o trânsito funcionava. *(Riso.)*

A senhora já tem condições de falar agora ou quer mais um tempo? Teria que ser agora, para depois começarmos com as perguntas. *(Pausa.)* Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Presidente Alberto Fraga, enquanto a nossa Diretora do Presídio de Alcaçuz, do Rio Grande do Norte, Dra. Dinorá, se prepara, se senta, respira e organiza as ideias, eu quero cumprimentar os nossos conterrâneos, o Juiz Henrique Baltazar, Juiz de Execuções Penais de Natal e do Município Nísia Floresta; a Secretária de Segurança, Kalina Leite, que nos honra com sua presença, juntamente com os nossos outros dois conterrâneos, a Sra. Dinorá Simas Lima Deodato, Diretora do Presídio de Alcaçuz, V.Exa., Presidente desta CPI, os companheiros do Democratas e o Deputado Sérgio Brito, Relator da matéria. Estamos há alguns dias dialogando sobre segurança pública. V.Exa. é coronel e conhece o assunto com muita propriedade. Com muita insatisfação tenho trazido à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, assim como à CPI do Sistema Prisional, a situação do meu Estado, Rio Grande do Norte. Infelizmente, o sistema prisional é motivo de constante discussão nas Comissões Permanentes. A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados é a Comissão mais cobiçada da Casa hoje. Já foi a CCJ. Hoje é a Comissão de Segurança Pública. Por quê? Porque é um assunto latente em nossa sociedade. Em qualquer pesquisa é sempre o item de maior preocupação da sociedade brasileira.

Nós temos um assunto que vai ao encontro da questão prisional, que é a redução da maioridade penal, que eu discuto. Tanto discuti a constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça como hoje discuto o mérito na Comissão Especial que vai debater o mérito da PEC com todos os seus apensados e destaques. Eu tenho o entendimento de que a redução da maioridade penal não é solução para o problema da segurança pública no Brasil. Ela passa antes pela educação. No dia em que esse Governo se conscientizar de que a educação do nosso povo é um pilar fundamental, é prioridade para a sociedade, e na hora em que deixarem de gastar recursos públicos com outras finalidades e decidirem investir em segurança, em educação em tempo integral... Assim como eu sei que passa pela remodelação do sistema prisional. Eu defendo a sua privatização, porque eu acho que a União, o Estado não tem condições, hoje, diante da crise financeira que enfrenta o nosso País, de remodelar o sistema prisional.

Então, V.Sas. que tomam conta da segurança pública do nosso País, no Rio Grande do Norte e em outras partes do Brasil, ficam com uma batata quente nas

mãos, porque têm que administrar a “casa do inferno”! Num espaço em que cabem 200 estão 500, não por culpa de V.Sas., mas talvez por culpa dos governantes, que não entendem a segurança pública e a educação como prioridades no País.

Então, eu quero cumprimentar todos, quero ressaltar o trabalho destacado que a Sra. Dinorá tem feito, inclusive sendo alvo de protesto dos aprisionados, sinal de que seu trabalho está funcionando. Mas eu gostaria que algum dia nós pudéssemos ter — não é culpa dos senhores — o sistema prisional como equipamento de ressocialização para a nossa sociedade, para que os presos pudessem ser ressocializados. Sei que fazem o possível para isso.

Aqui, nessas breves palavras, em que cumprimento todos os senhores, eu vou pedir que a Dra. Dinorá alinhe suas ideias para nos transmitir a situação do Presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, que eu gostaria, inclusive, de conhecer com detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Eu vou passar então a palavra à Dra. Dinorá, Diretora da Penitenciária de Alcaçuz.

Bom, parece que a senhora ouviu o meu chamado. Convido também V.Sa. para fazer parte da Mesa.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Só gostaria que ficasse registrado que eu não sou irresponsável. Eu estava acompanhando o Ministro da Justiça no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu não falei que a senhora era irresponsável. O ato era de irresponsabilidade, uma vez que a senhora já estava na Casa e depois declinou simplesmente do convite, e a gente aqui aguardando a senhora com muita ansiedade para discutir os assuntos, porque os assuntos são graves, são gravíssimos. As minhas palavras, de ontem para hoje, estão sendo muito deturpadas. Logo eu que sou um cara muito direto nas minhas ações. Quando eu disse no plenário que na política a mulher que bate como homem deve apanhar como homem, todo mundo entendeu o que eu quis dizer: na política. Eu não falei em momento algum de agressão física. Mas aí, envergonhados com a votação de ontem, que prejudica o trabalhador, mudaram o foco. Então, Dra. Regina, sem polemizar, jamais chamaria a senhora de irresponsável, de forma alguma. A gente

espera os dados que a senhora tem para nos dar e as informações, que são muito importantes.

A gente vê o relato do Dr. Henrique e fica triste porque depois de 12 ou 13 anos a população carcerária do País cresceu quase 400% — eram 220 mil presos e hoje são quase 700 mil — e não existe uma política pública sequer de reeducação. E nós precisamos que o Governo nos dê essa força para podermos prosseguir. Inclusive, conversei com o Ministro José Eduardo Cardozo sobre essa situação. É um assunto que nós não temos que partidarizar. Trata-se de uma questão nacional, de uma questão pública.

Vou, então, passar a palavra à Sra. Dinorá.

A senhora quer falar primeiro?

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Eu gostaria de falar porque eu tenho que acompanhar o Ministro no plenário. Ele está me aguardando, está falando sobre segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k. Está bem.

Então, passo a palavra à Sra. Regina Maria de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Meu bom-dia a todos e a todas. Bom dia, Dr. Henrique, Dra. Kalina, Dinorá. Já me sinto um pouco colega de trabalho dos senhores lá no Rio Grande do Norte.

Minha fala será bem rápida.

Nós fomos instados a auxiliar o Rio Grande do Norte há tempo, ainda na gestão anterior, não com a Força Nacional dentro dos presídios, mas com a Força Nacional na área de segurança pública. Estivemos e estamos no Rio Grande do Norte em apoio à ação de segurança pública para contenção fora dos muros desse sistema prisional, porque não é exclusivamente do Rio Grande do Norte essa falência, infelizmente. Gostaria que fosse, seria mais fácil até de resolvermos, mas foram sucessivos Governos em todos os Estados e nós chegamos a esse patamar.

As obras no sistema prisional não deslancham, Deputado. Nós não conseguimos as construções necessárias. O Governo coloca os recursos à disposição, mas as obras, ou por impossibilidade de comprovação de domínio das áreas cedidas para a construção... Ninguém — ninguém — quer um presídio perto

de sua residência. Nós temos complicações imensas para construir um presídio. Para além do que nós estamos hoje num patamar altíssimo de encarceramento. O país que mais encarcera no mundo é o Brasil. É um dos países que mais encarceram. E isso não se traduz em queda de criminalidade, porque nós estamos prendendo sem qualidade, as nossas prisões são feitas sem qualidade.

Oitenta por cento dos presos hoje são provisórios. Esses presos poderiam muito bem estar com uma pena alternativa à pena de prisão e não dentro de cárceres. Por outro lado, nós temos homicidas contumazes que estão fora dos cárceres porque não há local para cumprir mandado.

Isso não passa só pela área de segurança pública, nós temos que olhar acima, holístico, inclusive a própria Justiça Criminal e o sistema prisional, para que tenhamos qualidade nas nossas prisões.

O que nós estamos fazendo, enquanto Estado brasileiro, é levar cada vez mais jovens para dentro desses presídios e pessoas cujo tempo que passaram aguardando a sentença é maior do que o tempo de condenação. Então, é muito tranquilo jogar para cima da segurança pública, como se a polícia fosse a única culpada por todo o índice de criminalidade.

O meu papel, enquanto Secretária Nacional, é o de apoiar aquilo que eu considero — desculpem-me, mas eu acho que deve ser mesma opinião da Kalina — "enxugar gelo", porque nós estamos só na área de contenção, para que esses homens não fujam. E é uma contenção dificílima, porque hoje eu chego a afirmar que Alcaçuz é um "queijo suíço", nós não sabemos nem quantos túneis existem cavados por lá, não temos essa dimensão, porque não temos como olhar para dentro da estrutura daquela edificação.

A atual administração, no Rio Grande do Norte, tomou algumas atitudes que me perecem de suma importância. Uma delas foi, antes de iniciar a crise, a constituição de um gabinete de gestão integrada para a área das penitenciárias de lá. Ou seja, hoje, com crise ou sem crise, nós temos um gabinete que analisa passo a passo. Nesse gabinete estão o Secretário de Obras, para acelerar as obras dos novos presídios, o Dr. Henrique, do Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e o Tribunal de

Contas do Estado nos auxiliando para que possam ser tomadas algumas medidas emergenciais. E o Governador tem presidido pessoalmente esse gabinete.

Eu tenho acompanhado, pelo Ministério da Justiça, junto com o Renato de Vitto, que já esteve nesta CPI e é, na realidade, o Secretário da área, e temos feito, para além de construção, um plano para o Governo do Rio Grande do Norte que passa por reeducação, passa por assistência ao preso, assistência jurídica e assistência a sua família, porque nós entendemos que a pena tem que ser um momento de ressocialização do preso.

Se assim não for — e eu sou terminantemente contra a pena de morte, é lógico —, nós deveríamos então levantar a bandeira da pena de morte. Se nós não acreditamos que alguém possa se recuperar, então vamos ser mais práticos. Eu sou terminantemente contra a pena de morte e acho que a carceragem deveria ser o último recurso, nós teríamos que ter medidas e políticas que não deixassem a pessoa chegar ao cárcere. Eu prefiro trabalhar com uma política de ressocialização do que com qualquer outra coisa.

Fato concreto é que nós temos uma população carcerária de quase 600 mil presos e quase 210 mil mandados a serem cumpridos. Precisamos, sim, buscar soluções alternativas à prisão para termos cada vez mais condições de reeducar essas pessoas. Se não por altruísmo nosso como seres humanos, que seja por egoísmo, porque uma pessoa fica presa no máximo 6 anos e vai conviver de novo em sociedade. Que pessoa eu quero convivendo comigo nessa sociedade? Uma pessoa melhor ou pior do que essa que entrou no cárcere? Então, nós temos que nos desdobrar para isso.

Agora, não há que se buscar culpado nesse ou naquele Governo. Foram sucessivos Governos, Deputado, sucessivos Governos. E em todo o País. Nós não temos uma situação tranquila, nesse ponto, em nenhuma unidade federada. Todas elas — todas! — estão no mesmo patamar, infelizmente. Gostaria de trazer aqui notícias diferentes, mas não as tenho. Há Estados em que houve avanços. Acho que o Espírito Santo é um desses em que nós podemos dizer que houve avanços, mas a situação não é tranquila. Isso para não falar das medidas socioeducativas, só ficando na questão penitenciária.

Então, hoje a Força Nacional está à disposição do Governo do Rio Grande do Norte para contenção fora dos muros. Nós só entramos em presídios — não temos agentes penitenciários na composição da Força Nacional — em situação de contenção de rebelião e de lá saímos, porque nós não temos qualquer expertise para o dia a dia de um presídio, uma vez que a Força Nacional é constituída de policiais militares, bombeiros e peritos. Então, nós não ficamos dentro de presídios, só ficamos em áreas de contenção.

Eram essas as minhas palavras. Peço mais uma vez desculpas, porque eu estou com o Ministro no plenário falando sobre segurança pública e estou neste mesmo horário aqui. De forma alguma eu me eximiria de vir atender a qualquer convite — convocação eu já nem digo, mas a qualquer convite — para falar sobre o trabalho que estamos desenvolvendo. De forma alguma! E peço mais uma vez desculpas, mas não deixaria de estar aqui se eu não tivesse esse outro compromisso — o Ministro tinha me pedido que o acompanhasse. Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Agradeço e pergunto à Dra. Regina se poderia pelo menos aguardar alguns questionamentos da autora do requerimento. *(Pausa.)* Pode ser? Uns 10 a 15 minutos. Eu tenho que ouvir a Sra. Dinorá, que não vai levar tanto tempo, não é?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Hoje está todo mundo nesse corre-corre. Eu gostaria muito de estar no plenário, porque eu teria muitos questionamentos ao Ministro Eduardo Cardozo, mas, infelizmente, a gente fica aqui nesse generalismo — a gente tenta correr para fazer tudo e não faz nada.

Com a palavra a Sra. Dinorá.

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Bom dia a todos e a todas, à Mesa aqui composta. É um prazer estar aqui dando informações sobre o sistema penitenciário do Rio Grande do Norte. Também quero informar que hoje não sou mais Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, estou na Cadeia Pública de Natal. Como eu passei um grande período em Alcaçuz, recebi o convite e estou aqui às ordens para responder aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A senhora vai preferir, então, aguardar as perguntas que lhe forem feitas?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, dando sequência, para não perdermos muito tempo, passo a palavra à autora do requerimento, Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Presidente, Deputado Alberto Fraga, que está abrindo exceção para eu falar agora porque eu também estou presidindo, neste momento, o IV Seminário Renais Crônicos e Transplantados, do qual sou autora. Este tema aqui também é fundamental e nós estamos no trabalho de uma CPI.

Deputado Sérgio Britto, a palavra seria sua e eu agradeço por me ter concedido este momento para eu poder retornar à presidência da outra Comissão. Eu não poderia, na condição de membro desta CPI, furtar-me a aqui estar.

Agradeço a presença de todos e digo que o meu Estado também sofre com a situação do sistema prisional. Eu sou do Estado de Santa Catarina. O País todo acompanhou — lá foi muito semelhante — o que o Dr. Henrique nos colocou aqui com relação ao comando de fora para dentro, aos comandos e às grandes facções que estão tomando conta dos nossos presídios de Norte a Sul do País. E esta Comissão tem o papel de ouvir, de fazer esse diagnóstico, propor alternativas para sairmos dessa superlotação do sistema carcerário, para dar condições dignas, humanas ao preso no cumprimento da sua pena, porque ele precisa cumprir a pena. Se ele está preso é porque cometeu um crime e, pela legislação, tem uma pena a cumprir.

Mas me preocupa muito a forma como essa pena está sendo cumprida. Eu sou enfermeira de formação. Então, não se assustem porque algumas das minhas perguntas são sobre a assistência e a implantação de políticas definidas com relação ao sistema prisional.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer é se no Rio Grande do Norte está funcionando o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, do Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Justiça. Eu sei que alguns Estados demoraram a aderir a essa política, o que faz com que tenhamos mais dificuldades.

Os Municípios que passam a ser responsáveis por uma parte dessa assistência também têm dificuldades em acolher essa contratação. Isso torna a assistência à saúde no sistema prisional debilitada.

Eu só gostaria de uma confirmação. No Rio Grande do Norte não é diferente, também há superlotação, mas eu fiquei muito preocupada, e a minha pergunta vai para a nossa jovem Secretária Nacional de Segurança Pública. Aqui há uma responsabilidade anterior, da construção, mas ouvir dizer que um presídio foi construído em cima das dunas e que com um simples ventilador fazem-se túneis para fuga é indagar aos homens que estão lá fazendo a segurança que tipo de segurança estão fazendo.

Com relação à situação degradante — isso é degradante e nós temos que discutir e enfrentar — das visitas íntimas, não dá para nós imaginarmos que estamos num campo com gado. Eu sou filha de pequenos produtores — meu nono, eu lembro bem disso —, e é o tipo de cena que se pode ver lá no campo, onde os animais estão soltos. Agora, havendo aqui homens com a liberdade cerceada, e aqui uma visita íntima, aquela companheira, aquela esposa, aquela mãe de família que foi lá visitar o companheiro, o marido preso, ser submetida a fazer sexo com outro preso como pagamento de dívida contraída dentro do presídio, como se fosse objeto? Do que nós estamos falando, gente? Nós estamos deixando o que é mais essencial na vida, que é a nossa natureza, que é ser gente, ser humano, em situação precária. Se isso está acontecendo lá, meu nobre Presidente, meu nobre Relator, quando formos ouvir os outros 25 Estados da Federação talvez tenhamos diagnósticos muito semelhantes ou piores. Precisamos tentar saber quais são os outros mecanismos.

Ontem o Ministro Barroso, no julgamento de um recurso extraordinário, não deixou de ter razão quando disse que para os presos que estão em situação de direito atingido por falta de condições humanas dentro dos presídios deve haver a remição da pena de 1 dia para cada 3 dias em que ele está submetido a essa situação degradante. Como ficaria?

Temos um sistema prisional que não está ressocializando os presos. Nós não os estamos inserindo no mercado de trabalho. E aqui eu destaco o Estado de Santa Catarina, que começou a fazer um trabalho muito intenso para otimizar as horas do

preso, do detento com o trabalho, tentando reinseri-lo na sociedade, tentando mostrar que quando sair de lá ele pode ter uma ocupação. Mas aí eu tenho essa grande dúvida: será que nós vamos resolver o nosso problema de segurança? Ou vamos ampliar o nosso problema de segurança? Quanto por cento dos presos que no País hoje estariam saindo das celas por falta de condições?

Então, eu entendo, Dra. Regina, que nós vivemos uma situação de não aceitação do presídio no território municipal. Eu fui gestora da saúde. Quando um governante anuncia que vai construir um hospital ou uma policlínica, todo mundo quer. Quando é um presídio, ninguém quer. Ninguém quer por quê? Porque junto com o presídio vem uma série de problemas sociais inerentes a essa dificuldade de atenção a essa população cerceada de sua liberdade.

Nós temos que discutir isso. A cada 300 mil habitantes nós temos que ter um obrigatoriamente? Não sei, Presidente, nobre Relator. Mas não dá para ficar 4, 5 anos discutindo na Justiça onde nós vamos instalar um presídio com o recurso financeiro depositado, ouvindo o que o nobre Juiz Dr. Henrique... Tenho certeza de que os colegas dele têm relatos semelhantes ou piores que o que ele nos trouxe.

Talvez nossa CPI possa pensar numa indicação legislativa de que há um conjunto da população... Porque se eu, como gestora municipal, sou responsável pela educação, pela saúde, eu também tenho que ser responsável pelo conjunto da população que não cumpriu o que diz a lei ou pelo menos de uma determinada região. Se conseguíssemos mantê-los mais próximo de seu domicílio, talvez tivéssemos menos deslocamento de famílias para aquele espaço mais próximo do presídio.

Então, queria deixar aqui essa sugestão, queria agradecer, quero justificar, meu Presidente e meu nobre Relator, porque eu sou autora do requerimento e nós temos que ouvir mais Estados brasileiros. E o que nós trouxemos como matéria para requerer a realização dessa audiência foi um passado recente, mas os problemas que aconteceram ontem e hoje, quando o senhor estava aqui, Dr. Henrique, são muito mais graves, complementam e mostram o caos que o País vai viver.

Eu não posso ficar para ouvir as respostas. Mas deixe eles me chamarem, porque é importante ouvir dos senhores e das senhoras quais seriam as alternativas. A Dra. Dinorá esteve lá dentro do presídio. Quando estamos dentro da casa,

sabemos o que estamos administrando. Quando estamos dentro da casa, sabemos e temos que admitir se ela tem condições ou não. A senhora é ex-Diretora, mas é ex-Diretora há poucos dias, e foi transferida para outro espaço físico onde tem a mesma responsabilidade. O que a senhora poderia nos dizer, na condição de quem administrou, de quem esteve do lado de dentro do presídio, das condições, do que poderia ser feito, das condições de trabalho dos trabalhadores, das condições dos detentos, das condições da família? Se a senhora pudesse discordar do Dr. Henrique, eu ficaria muito feliz. Se a senhora me dissesse que não tem visita íntima protegida com lençol e os outros, do outro lado, ouvindo ou assistindo, ou vendo, eu ficaria muito feliz, como defensora que sou de que nós temos que dar dignidade a todas as pessoas, inclusive àquelas que, em determinado momento ou em vários momentos da vida, cometeram sérios delitos e tiveram que ser punidos com o cerceamento da liberdade por um curto ou longo período de tempo.

É muito importante que a senhora nos diga isso. Se a senhora me perguntar como é uma unidade hospitalar por dentro, eu posso dizer. A senhora está lá, nós estamos aqui, e nós, como Parlamentares, precisamos de subsídios dos senhores, até para ajudar na construção das políticas públicas a partir da elaboração de leis e para tomarmos as decisões com mais segurança.

Quero, então, ouvir a sua fala, do seu jeito, por favor. Diga-nos o que a senhora viveu lá dentro, como é o comando de fora para dentro, como era a sua equipe de trabalho, como é a rotatividade dos trabalhadores que fazem a segurança e o dia a dia do sistema prisional, por aquilo que a senhora viveu no período em que esteve lá.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputada. Eu estou até com receio de fazer a brincadeira, mas dizem que presídio é que nem sogra, ninguém quer por perto. A minha, eu gosto dela. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Meu Presidente, posso fazer um apelo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não brinque, não é? *(Riso)*

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não brinque mais, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas eu gosto da minha sogra.

Fizemos aqui um acordo: como a nossa Secretária vai ter que se ausentar, nós vamos passar a palavra ao Relator para faça perguntas a ela especificamente. Depois voltaremos, quando todos puderem permanecer na audiência.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga.

Sra. Regina Maria Filomena, Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, quais foram as ações adotadas pela Secretaria Nacional no caso concreto da rebelião na Penitenciária de Alcaçuz?

De que forma a cultura do encarceramento pode ser modificada, visto que o encarceramento massivo, presente hoje no Brasil, não representa diminuição da criminalidade nem influencia positivamente na sensação de segurança da população?

Em seu ponto de vista, de que forma o Parlamento pode atuar para que uma política carcerária efetiva seja posta em prática no País?

O Ministério da Justiça pensa em políticas carcerárias de curto, médio e longo prazo? Se sim, de que forma se tem avançado ao longo das últimas décadas e o que se espera alcançar em curto, médio e longo prazo?

Quinta e última pergunta: é de conhecimento de todos que o crime organizado já tomou conta de nossos presídios. De que forma podem-se implementar ações que contingenciem o domínio dessas organizações criminosas em nossos presídios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra à Sra. Regina Maria Filomena de Luca Miki.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Deputado, sinto dizer que acho que vou frustrá-lo com as minhas respostas, porque todas essas perguntas que o senhor fez estão diretamente ligadas à pasta do Departamento Penitenciário, cujo Diretor é o Dr. Renato De Vitto, que já esteve aqui. A minha área é segurança pública *stricto sensu*. Eu não cuido do sistema penitenciário nacional, tampouco da política penitenciária. Eu vou dar respostas ao senhor pelo conjunto da obra em que trabalhamos com o DEPEN.

Nós estamos revisando e finalizando um pacto para a redução de homicídios e um dos tripés, sem dúvida nenhuma, é a melhoria dos serviços penais, evitando a impunidade de um lado e a superpopulação carcerária de outro, para que possamos diminuir o acesso ao crime organizado dentro dos presídios. Esse é o nosso papel.

Agora, diretamente, uma das ações realizadas concretamente para o sistema penitenciário no Rio Grande do Norte foi a ida da Força Nacional para ajudar na contenção. Quer dizer, foi a única coisa que nós fizemos enquanto Secretaria Nacional de Segurança Pública. O DEPEN, eu já disse, está com um plano, juntamente com o Secretário de Justiça de lá, que não é mais a Dra. Kalina. Esse, sim, é um plano de serviços penais, que inclui, Deputada, a assistência de saúde — foi, sim, tardia a adesão. Por isso nós estamos fazendo esforços junto ao Ministério da Saúde para que seja incluído o mais rápido possível o Rio Grande do Norte, devido ao problema que encontramos lá. Na última reunião com o Governador, foi perguntado pelo próprio Dr. Henrique se nós poderíamos acelerar a condição de o SUS chegar aos presídios do Rio Grande do Norte, com prioridade. Já estamos cuidando para se fazer disso uma prioridade.

O crime organizado, Deputado, é uma realidade dentro dos nossos presídios, infelizmente. E não só dentro deles. Hoje não só podemos dizer que estamos agindo para a asfixia financeira desse crime, como podemos ver o que está na imprensa. Está hoje nas manchetes que ontem a polícia do Rio Grande do Norte encontrou um túnel, que não era nem dentro de presídio, que faria a ligação de uma mansão até uma transportadora de valores. Isso foi encontrado ontem pela polícia. À noite, encontramos outro túnel que sairia de Alcaçuz. A Força Nacional também teve êxito, com a polícia do Rio Grande do Norte, em outro túnel. Essa é a nossa parte, Deputado. Infelizmente, eu já disse aqui, eu me sinto enxugando gelo nessa área, porque eu só entro quando já aconteceu. Infelizmente, a prevenção está sendo programada por outra área, o DEPEN, e eu não teria condição alguma de relatar aqui passo a passo a política.

Quanto às visitas íntimas, Deputada, acho que nós estamos pensando com relação à revista até vexatória por que passam as pessoas que vão aos presídios. Eu acho que também é um ponto sobre o qual temos que nos debruçar. Juntamente com o Secretário de Segurança de Grandes Eventos, o Dr. Andrei, nós fizemos um

pedido no sentido de que pórticos, bancos e tudo mais que se providenciar para as Olímpiadas, com o fim de que sejam revistados aqueles que vão adentrar os locais de competição — não é um *body scanner*, mas é um pórtico de Raios X —, que em vez de eles serem locados, que sejam adquiridos e entregues posteriormente ao sistema prisional brasileiro. Nós estamos trabalhando para que isso seja um benefício para o sistema prisional. A entrega seria feita para todos os sistemas prisionais brasileiros, para que possamos acolher melhor as pessoas que vão visitar os presos.

Eu gostaria de fazer uma fala completamente diferente aqui. Inclusive, como membro do Governo e como Secretária Nacional de Segurança Pública, eu gostaria de dizer que nós não temos problema no sistema prisional, mas eu, infelizmente, sou obrigada a dizer que nenhum Estado brasileiro — nenhum Estado brasileiro! — está numa situação confortável com relação aos presídios e que isso tem gerado mais criminalidade ou até mesmo um comando mais seguro para o crime fora dos presídios. É a realidade.

Eu não venho aqui para dizer aquilo de que não tenho convicção. E a minha convicção é a de que nós temos, cada vez mais, que nos debruçar sobre o combate ao crime organizado, para que possamos melhorar a condição dos presídios. E acho que esta Casa poderia, sim, estabelecer algumas normas que favorecessem a construção de presídios, porque nós ficamos restritos a regras — e não quero que sejam flexibilizadas nem quebradas — e não conseguimos construir presídios, às vezes, porque a população não quer. Quando conseguimos a remessa do recurso, o Estado não dá conta de concluir a obra em 2 anos. O senhor sabe muito bem disso. Não tem condição! Nós não temos condição sequer de ter o projeto executivo aprovado em 2 anos, porque há uma burocracia imensa. Se pudéssemos ter uma forma diferenciada de licitação para a construção desses presídios, uma forma mais ágil, tal qual a da licitação para as obras preparatórias para a Copa do Mundo, por exemplo, seria muito bom. Seria um grande benefício desta CPI concluir por um processo mais célere.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Essa é uma forma de o Parlamento contribuir.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Respondendo à sua última pergunta, Deputado, eu acho que é uma forma de o Parlamento concluir esta CPI e inclusive de dizer: *"Nós queremos, sim, fiscalização. Não se trata de não haver fiscalização. Mas que tenhamos uma forma mais célere de poder entregar esses presídios"*.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Secretária, permita-me interrompê-la.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Claro!

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu fui Secretário de Obras do Estado do Rio Grande do Sul, e construímos cinco presídios lá. O último tem 2 mil vagas — são cinco módulos em Canoas — e foi construído em 4 meses.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Porque foi pela construção de módulos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sim. Foram módulos pré-moldados e por RDC.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Isso. Aí é que está. Nós tivemos alguns Estados no País que utilizaram essa modalidade, e foram questionados os Governadores e os Secretários.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas nós pegamos o aval antes, Secretária. Até podemos lhe ajudar, se for o caso.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - É, mas eu acho que nós poderíamos ter uma indicação do Parlamento para que isso fosse unanimidade no País e desse uma tranquilidade maior para os gestores lá na ponta nessa construção. Não está na minha área, volto a dizer. Infelizmente, nós temos uma linha paralela, mas não estou diretamente junto ao DEPEN. Mas seria de grande valia para a segurança pública do País que nós tivéssemos uma celeridade maior nisso, porque muitos mandados de prisão de pessoas que não teriam condições de estar nas ruas não são cumpridos porque nós não temos vagas. Volto a dizer: a qualidade da prisão e a agilidade na punição, que não necessariamente é cárcere, contribuiriam muito para a segurança pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Secretária.

A Secretária Regina vai ter que se ausentar, porque ela tem um compromisso com o Ministro.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, antes que a Secretária se retire...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tem a palavra o 1º Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Primeiro, bom dia a todos os nossos convidados!

Sra. Secretária, quero registrar uma preocupação. Eu falei ontem no plenário nesta Casa sobre o que Minas Gerais vem enfrentando e gostaria de saber se a senhora já tem conhecimento da situação. O Ministério Público e o Judiciário determinaram que alguns presídios, alguns CERESPs, os Centros de Remanejamento do Sistema Prisional, não mais recebessem presos nas últimas 24 horas. Portanto, a Polícia Militar está prendendo, e a Polícia Civil não tem onde colocar os presos, por uma determinação judicial. Sabemos das condições negativas, insalubres, em que os presos vivem ali. A nossa preocupação é exatamente saber se a senhora, como Secretária Nacional de Segurança Pública, que evidentemente tem limitações na área de atuação, tem conhecimento sobre isso e o que o Governo Federal, neste momento, pode sinalizar para o Estado de Minas Gerais. Eu estou vendo que, além do Rio Grande do Norte, nós precisamos também visitar Minas Gerais, porque da maneira que está não pode ficar.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI - Realmente eu tenho conhecimento, sim, porque o Secretário Bernardo, além de Secretário de Defesa Social de Minas Gerais, é Presidente do Colégio de Secretários de Segurança Pública, do qual a Dra. Karina faz parte, óbvio. E, inclusive, já foi tratada na última reunião do colegiado uma possível medida, quando ele levou essa preocupação para lá. Já há uma defesa do Governo do Estado de Minas, no sentido de agilizar os procedimentos cautelares para aqueles que estão presos provisoriamente. Porque se eu tenho 80% de presos provisórios e não posso prender os flagrantes, eu tenho que ter um olhar diferenciado da Justiça, inclusive, sobre isso. Não só o Governo Federal ou o Governo de Minas, no Executivo, mas também o Judiciário tem que ter um olhar diferenciado para essa situação. E há um pedido, inclusive, do próprio

Secretário para que haja uma agilização naqueles procedimentos dos presos provisórios que lá estão. Da minha parte, nós estamos em contato com ele para o que precisar. Ele tem se valido muito disso. E o DEPEN tem uma programação com o Secretário para a implementação de algumas medidas, buscando minimizar esse problema lá, instando as tornozeleiras eletrônicas, as audiências de custódia, que têm sido utilizadas muito pelo País hoje, para ver se conseguimos diminuir o número de presos provisórios. Esse é o nosso grande problema.

O nosso problema hoje, no Brasil, nas prisões, é que entra mais do que sai, porque nós estamos com problema de presos provisórios. Esse é o grande erro, o grande nó. Se nós não tivermos a união do sistema de segurança com o sistema de justiça criminal e o sistema penitenciário, nós não vamos alcançar resultado. E hoje isso é completamente dissociado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Secretária. Agradecemos à senhora a presença.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUKA MIKI - Vou lá cumprir meu outro papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está bem. Muito obrigado.

A SRA. REGINA MARIA FILOMENA DE LUKA MIKI - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bom, eu vou passar a palavra ao Relator, porque agora eu acho que nós vamos ter mais perguntas para o Juiz da Vara de Execuções.

Ficou uma dúvida aqui. Esses 80% de presos provisórios é no Brasil inteiro?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, nós estamos perdidos mesmo.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero ser breve e objetivo.

Eu quero cumprimentar primeiramente o Dr. Henrique Baltazar, a Dra. Kalina Leite, a Sra. Dinorá Simas e agradecer a eles a presença.

Dr. Henrique, V.Exa. tem criticado nas redes sociais a política de segurança pública que tem sido adotada no Estado do Rio Grande do Norte. Quais são os problemas mais graves na visão de V.Exa.?

Eu quero deixar isso claro. Algumas dessas perguntas que eu vou fazer V.Exa. pode ter respondido, mas eu queria deixar isso bem claro nos Anais.

A segunda: foi noticiado pela imprensa que um vídeo em que um detento afirma ser do Pavilhão 1 de Alcaçuz contém ameaça de morte a V.Exa. Essas ameaças são constantes? V.Exa. desconfia de alguma razão específica para isso, ou decorrem simplesmente do exercício da magistratura?

V.Exa. percebeu alguma mudança qualitativa no sistema penitenciário do Rio Grande do Norte após as rebeliões desencadeadas no mês de março deste ano?

Sabe-se que, de acordo com a Lei de Execução Penal, compete ao juízo da execução inspecionar mensalmente os estabelecimentos penais, tomando providências para o seu adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidades. A partir dessas inspeções, quais problemas já foram identificados? E as providências tomadas foram efetivas? Por quê?

E, por último, de que forma as audiências de custódia podem ajudar a resolver o problema do sistema carcerário e o que necessita ainda ser feito para tornar a sua prática efetiva?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Passo a palavra ao Dr. Henrique Baltazar dos Santos, Juiz da Vara de Execuções Penais de Natal, no Rio Grande do Norte.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Quanto à crítica política, na verdade, eu tenho criticado a política penitenciária. A polícia do Rio Grande do Norte... A Secretária disse, no final da sua entra mais gente no sistema prisional do que sai. Quando a polícia trabalha mais, entra mais gente do que sai. Evidentemente, vamos ter mais pessoas presas.

No Rio Grande do Norte, nós tivemos um problema muito sério nos últimos anos de a polícia ficar sem condições de trabalhar, com deficiência de várias ordens — são muitos os problemas para falar sobre isso —, e, nos últimos meses, tem havido uma disposição efetiva de trabalho da polícia, por isso ela tem prendido muito mais gente.

A minha reclamação tem sido quanto ao sistema penitenciário. Eu reclamava do Governo anterior, desde o... Eu brincava nas conversas com os amigos no Rio Grande do Norte, dizendo que eu briguei tanto com a ex-Governadora Rosalba, que virei amigo de infância dela de tanto a gente brigar, porque eu reclamava dela. E, quando o novo Governo assumiu, no começo do governo, dia 5 de janeiro... Eu costumo dizer que eu lembro perfeitamente dessa data — foi a primeiro segunda-feira do Governo — porque é meu aniversário. Então, no dia do meu aniversário, a Secretária do Gabinete Civil ligou para mim — é minha amiga — e pediu para ir ao Palácio conversar e dar algumas sugestões. E eu estive lá. E desde o começo, desde o primeiro dia de trabalho do Governador, eu tenho conversado, insistido, mostrado os problemas. E tudo o que eu tenho mostrado tem acontecido. A imprensa lá tem até comentado isso.

O senhor falou das redes sociais. Tudo o que eu tenho dito nas redes sócias... E eu fui dizer nas redes sociais, porque não adiantava dizer nas reuniões com o Governador, desde o Governo passado, porque nada acontecia. Então eu disse: *"Tenho que ir para as redes sociais, para a imprensa repercutir e ver se alguma coisa acontece"*.

Então, a minha reclamação é contra o sistema penitenciário. O Estado simplesmente não constrói, não realiza as obras necessárias para o sistema penitenciário. É como eu coloquei para o Governador: o nosso problema não é de agora, é de 4 anos atrás. Então, é preciso destinar recursos ao setor o mais rápido possível. Infelizmente, o Governo afirma que não tem os recursos para aplicar. E, como eu falei, para mim, a principal solução para resolver esse problema de construção de presídios — o Deputado falou das obras em poucos meses — está em destinar mais recursos para os Estados. O Fundo Penitenciário Nacional, em vez de ficar contingenciado, que é isso que o Governo Federal faz há anos, não é de agora, não é o Governo Dilma, os outros Governos anteriores fizeram a mesma coisa... Esses 4,5 bilhões de reais que estão na conta do Fundo Penitenciário Nacional estão lá porque o Governo vem juntando 300 milhões de reais todo ano. Então, há quantos anos se vem juntando esse dinheiro. É preciso transferi-lo fundo a fundo, conforme...

A Lei do SUS, Lei nº 8.080, se não me engano, manda transferir os recursos fundo a fundo. Esse mesmo sistema deve ser utilizado no sistema penitenciário, para transferência recursos fundo a fundo, a fim de que o Estado possa construir. Para os Estados construírem, não é preciso nem essa liberação do Governo Federal, com as complicações que existem para fazer uma obra, com as exigências do Governo Federal.

O Fundo Penitenciário Estadual é administrado por uma comissão, por um conselho formado também pelo Judiciário. No Rio Grande do Norte é administrado por um Juiz de Direito, um Promotor de Justiça, um Diretor de presídio, o Secretário de Justiça e o coordenador da administração penitenciária. Eu sou membro, na vaga do Poder Judiciário. Nós administramos o Fundo Penitenciário Estadual. Todo Estado deve ter uma forma parecida de administrar isso. Então, se os Estados administrarem esse dinheiro, eles conseguem construir, porque o dinheiro estará lá.

O problema do *rap*. O repórter me indagou sobre o que eu achava do *rap*. Eu disse que a letra era muito pobre. O cara passa o tempo todo dizendo que ia matar a mim e a Dinorá. Eu ia morrer lá. Mas o ritmo era legal, era interessante. Bom, ameaças eu... Eu sou juiz criminal há 30 anos. Então, eu recebo ameaças há 30 anos. Antes, eu trabalhei em outra região do Estado, no extremo oeste do Estado. Na época em que eu trabalhei lá, existia uma história de briga de família, muita gente se matava por lá, e eu recebia ameaças desde essa época. Hoje eu recebo ameaça por causa do sistema penitenciário. A ameaça é porque eu sou juiz da execução penal. Como juiz da execução penal não solta, examina os casos para soltar, unifica penas, toma decisões que prejudicam a vontade do preso de ficar em liberdade, então, a consequência termina sendo a ameaça. Eu digo à imprensa que já estou acostumado. Já virou lugar comum para mim.

Eu até brinquei com uma pessoa que me telefonou me ameaçando. Eu disse: *"Rapaz, você tem que entrar na fila. Você chegou agora e já quer me matar. É como no SUS, você tem que pegar uma fichinha. Não é desse jeito, não"*.

Bem, mudanças qualitativas pós-rebeliões não houve. No Rio Grande do Norte, infelizmente, o Governo apenas contratou, de forma emergencial — houve uma resposta rápida nisso —, uma empresa para tentar reconstruir os presídios que foram destruídos. Infelizmente, deixou-se destruí-los. Essa é uma questão de

estratégia política de como enfrentar o crime. Eu tenho a minha visão, a Secretária tem a visão dela. São posições diferentes sobre a forma de enfrentar o problema. Na minha visão, o Estado conversou, negociou muito, tentou uma forma que resultou na destruição dos presídios. Mas depois o Governo apenas liberou o dinheiro para tentar remendar o quebra-quebra. Infelizmente, isso está muito lento e não tem nem previsão de término. Eu conversei com o pessoal da empresa. Em Alcaçuz são cinco pavilhões. Um deles está sendo reformado. O outro já estão prevendo terminar agora. Diziam que seria até a metade do mês, mas nesta semana já me disseram que só terminam até o final do mês. Quando terminarem esse e forem consertar o outro, os presos quebram aquele que já remendaram. Então, não foi feito basicamente nada para resolver o problema.

Os problemas identificados nas inspeções. Eu faço inspeção e relatório todo mês. Eu mandei, no início de 2013, para o CNJ, um relatório de umas 50 páginas, mostrando os problemas dessa penitenciária de Alcaçuz, ponto por ponto. Quais as consequências? O Ministério Público tem agido. Na terça-feira eu recebi uma ação do Ministério Público, pedindo a interdição da penitenciária. Ainda não a decidi.

Quanto a esse problema que levantou o Deputado de Minas Gerais, eu conheço razoavelmente a penitenciária de Minas. Em 2010 eu trabalhei 2 meses, em Minas Gerais, numa inspeção penitenciária, no norte de Minas, numa região que eu não aprendo a falar o nome, o Vale do Jequitinhonha.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor está falando inclusive com um Deputado que é de lá. Eu sou do norte de Minas, de uma cidade chamada Bocaiúva, que faz parte...

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Eu estive lá em Bocaíuva, conheci o presídio de lá, conheci a região.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Inclusive, nós vamos passar agora para o sistema prisional a cadeia de lá, que está ainda sob a custódia da Polícia Civil. A Polícia Civil não consegue investigar e tomar conta dos presos.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - É. Isso é muito ruim.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor está falando sobre duas regiões complicadas lá em Minas Gerais.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Pois é. E também inspecionei presídios na região da Grande Belo Horizonte, vários: o de Betim, o Complexo Jason Albergaria...

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Os de Ribeirão das Neves.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Em Ribeirão das Neves estive em todos os presídios de lá. E são vários, como o de Bicas, enfim, são vários presídios.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Justamente. Inclusive, são os presídios interditados pela Justiça lá.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Infelizmente — eu tenho falado isso lá no Tribunal do meu Estado, com a Corregedoria de Justiça —, com a situação como está hoje, os juízes olham cada um para a sua própria comarca, ficam tentando resolver o problema da sua comarca e se esquecem de que é um complexo, é um sistema.

No Rio Grande do Norte, por solicitação minha, o Tribunal de Justiça criou um colégio de juízes de execução penal, uma espécie de órgão do Tribunal de Justiça que tenta juntar os juízes para ver se saem decisões coordenadas, de forma que um não atrapalhe o outro com essas visões. Se eu fecho o presídio da minha comarca, o presídio da comarca vizinha vai estourar, porque os presos daqui vão ter que ir para lá, e aí vira uma loucura. Então, temos tentado trabalhar isso no meu Estado, para tentar evitar que esse problema se torne mais grave do que já é.

Nós estamos trabalhando com um balde que já está derramando há muito tempo, e a torneira está lá aberta, derramando mais água.

Bom, quanto aos problemas identificados nas inspeções, houve alguma solução até hoje? Não. No meu Estado, não. De todos os relatórios que eu tenho feito nos últimos anos, em que mostro problema por problema do sistema penitenciário, nenhum resultou em soluções efetivas, em nada. O problema de esgotamento sanitário, o problema de visitas, o problema de equipe técnica de presídio, que não existe, nenhum dos problemas foi resolvido.

E quero aproveitar, Deputado — eu estou estourando o tempo, mas é porque o senhor fez várias perguntas —, para falar do problema da saúde. A Secretária Regina comentou aqui sobre a reunião em que estivemos. Eu até saí bem chateado

da reunião naquele dia, porque depois que extraímos a fórceps o projeto, fizemos com que ele andasse no Rio Grande do Norte — todo dia eu telefonava, procurava o pessoal, para tentar fazer andar o projeto —, quando, finalmente, tudo estava pronto para ser assinado, na reunião, o Diretor do DEPEN, Renato, disse que não tinha dinheiro. Com todo o projeto preparado, a Prefeitura de Nísia Floresta já com o contrato pronto para contratar os médicos para trabalhar, tudo foi cancelado; parou tudo, zerou tudo. E não existe assistência médica nenhuma, em nenhum dos presídios do Estado do Rio Grande Norte — assistência nenhuma! Em um dos presídios alguns médicos voluntários ainda ajudam.

A audiência de custódia vai resolver? Ela pode ajudar em alguma coisa. A Secretária tem alguns dados, mas não sei de onde ela os tirou. Pelos dados do CNJ, a média nacional de presos provisórios no Brasil é de menos de 50%. Segundo os dados do CNJ, é 48%, 47%. Mesmo que o índice não sejam os 80% que ela disse, mas esse que o CNJ indica — no meu Estado, os presos provisórios são 43% —, mesmo assim, ainda é um número alto. Isso é causado por várias deficiências, entre elas a falta de juízes. Não há juízes suficientes nos Estados. No meu Estado, nós temos um terço do quadro de juízes vago. Então, se não há juízes, não se consegue dar andamento rápido aos processos.

No Rio Grande do Norte, no ano passado, no sistema penitenciário deixaram de ser realizadas mais de 600 audiências criminais — 614, se não me engano —, porque o sistema penitenciário não levou os presos para as audiências. Mais de 600 audiências deixaram de ser realizadas por isso, porque o preso não foi levado para a audiência. Então, o processo não termina.

A audiência de custódia vai resolver? Não, não resolve. Ela ajuda, porque uma parte dos presos é solta, só que vai passar a voltar esse probleminha aqui. Se, num Estado pequeno como o Rio Grande do Norte, mais de 600 audiências não ocorreram porque o preso não pôde ser levado para a audiência do processo criminal, vão levá-lo para a audiência de custódia? Vai estourar mais ainda. Aí o problema vai se agravar. Além de não ter juiz, porque o tribunal vai ter que tirar um juiz de uma vara criminal para colocar para esse trabalho, não vão levar os presos. Então, não sei se essa ajuda vai ser muito boa. Eu, pessoalmente, acho que ajuda.

Como eu disse, lá no Estado, no último mutirão que o CNJ fez no Rio Grande do Norte, em 2013, ele conseguiu liberar 2,5% dos presos — 2,5% dos presos tiveram benefícios. Esse é um número muito pequeno para os custos, para os gastos com esse mutirão. Durante 2 meses, havia uma equipe de 20 juízes trabalhando. E houve um percentual muito pequeno de liberações. Mas a quantidade de presos que foi solta equivalia a um presídio. Ajudou? Ajudou. Então, a audiência de custódia vai ajudar. Não é a solução, mas ajuda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Dr. Henrique Baltazar.

A sensação que nós temos, e ela é real, é a de que falta uma política efetiva de priorização desse setor em todos os Governos. Não estou falando do Governo Dilma, do Governo Lula, do Governo Fernando Henrique, mas de vários Governos atrás. Há falta de prioridade nessa questão que o senhor colocou bem, que é o recurso para poder combater o crime, para poder fazer investimentos nas prisões, enfim, na transferência fundo a fundo desses 4 bilhões de reais que o senhor falou que existem.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - São 4,5 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Quatro bilhões e meio. Quer dizer, é falta de prioridade mesmo, é falta de dizer: *"A segurança é prioridade, tanto quanto a saúde pública, tanto quanto a educação neste País."*

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Deputado, permita-me passar só um detalhe para o senhor. O cálculo do Governo Federal é de que para construir uma vaga em presídio o custo é de algo em torno de 30 mil reais. Se fossem usados esses 4,5 bilhões de reais, cerca de 150 mil vagas seriam supridas.

O Espírito Santo — não sei se há aqui algum Deputado de lá; eu pude conhecer o sistema — tem um sistema espetacular, excelente. É o melhor do País hoje em dia. Eu soube que o Estado gastou meio bilhão de reais nesse sistema.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Onde?

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - No Espírito Santo. Apesar de o sistema ter seus defeitos, claro.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Gastou para construir, não é?

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - É, gastou para construir.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Quantos presídios?

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Não lembro o número, Deputado.

(Não identificado) - Oito.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Oito, não é? Foi bem caro. Mas é um sistema muito bonito, muito bom. E foram presídios elogiados em âmbito internacional. Eu conheci um pessoalmente e achei até a construção realmente meio exagerada. É quase um hotel. Os prédios são muitos bons. Mas ficou caro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - - Obrigado, Dr. Henrique.

Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, a visita da Dra. Kalina Leite. Eu sei que ela não é Secretária de Justiça, mas tem experiência como delegada e passou alguns dias também como Secretária de Justiça. Então eu queria fazer duas perguntas a ela.

Foi noticiada a criação de uma força-tarefa pelo Decreto nº 25.017, de 16 de março de 2015, para tentar controlar a situação dos presídios do Rio Grande do Norte. Por esse Decreto se poderia autorizar, por exemplo, a contratação emergencial de projetos construtivos e sua execução, para possibilitar a restauração das unidades prisionais parcialmente destruídas, como também reformas, adequações, ampliações que se mostrem úteis à criação de novas vagas e à recuperação das já existentes. Algumas dessas medidas já foram adotadas? O que essa força-tarefa já realizou?

Essa força-tarefa poderia também, segundo o Decreto, autorizar a nomeação dos agentes penitenciários aprovados no último concurso, em número suficiente ao eficaz atendimento do serviço de vigilância penitenciária. Houve alguma nomeação após as rebeliões noticiadas? Qual a situação atual dos agentes penitenciários do Rio Grande do Norte?

E, por último, só para aproveitar a deixa do Dr. Henrique, como enfrentar o crime no Rio Grande do Norte, já que a senhora tem uma posição diferente da dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra a Delegada Kalina.

A SRA. KALINA LEITE GONÇALVES - Sobre a força-tarefa do Decreto, quando o Decreto foi publicado, em poucos dias eu já estava saindo da Secretaria de Justiça — a minha passagem foi muito rápida por lá. Mas em razão da relação

estreita entre a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Justiça, eu ainda permaneci acompanhando.

Foi concretizada essa comissão. Diferentemente do que o Dr. Henrique entende, com toda a vênia — em dois aspectos eu tenho total divergência dele —, esse Decreto foi construído a partir de uma discussão dentro do Gabinete de Gestão Integrada, da qual participaram o Tribunal de Contas do Estado, a Justiça Federal — o corregedor dos presídios federais participou —, a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público, enfim, todos os Poderes e muitas instituições. E a autorização, na verdade, foi somente para reconstruir o que foi destruído, baseado na questão legal, por orientação do próprio Tribunal de Contas.

Quanto à assertiva do Dr. Henrique, que disse que tinha uma visão diferente para fazermos o enfrentamento daquela crise, que foi, exaustivamente, dia, noite e madrugada discutida, e com informações de inteligência, na minha visão, nós preservamos vidas, não tendo entrado naquele momento crítico, porque existiam barricadas, estavam armados. Nós tínhamos informações de que seria talvez um Carandiru. Foi anunciado um Carandiru, porque ali no Rio Grande do Norte temos duas facções, e essas facções se uniram no momento do enfrentamento das polícias, com a chegada da Força Nacional, com a aeronave sobrevoando o local. Elas se uniram para enfrentá-las. Inclusive havia armadilhas, barricadas com ferros, com armas. Então, entendemos como um dano menor preservar a vida do que o patrimônio. E, naquele momento, tivemos que contemporizar a crise, minimizando os danos dessa forma.

Quanto à nomeação de agentes penitenciários, o Governo do Estado está conversando com o Tribunal de Contas para encontrar uma forma. O Governo se encontra além do limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com cinquenta e três vírgula alguma coisa por cento, portanto, absolutamente impedido de fazer qualquer contratação. A última notícia que eu tive foi a de que se encontrou uma forma, porque a segurança pública seria a excepcionalidade. Infelizmente, os agentes penitenciários não estão relacionados na excepcionalidade, e estamos tentando, com o Tribunal de Contas, fazer a reposição ao menos dos agentes penitenciários aposentados e mortos, o que está bem encaminhado.

Eu fui ordenadora de despesas durante 8 anos, na condição de Secretária Adjunta de Segurança Pública. Então, o meu viés é muito mais de gestão do que qualquer outra coisa. Conheço muito bem a aplicação de recursos do Governo Federal pelos Estados. De fato, ela é muito complexa: reaparelhamento, não; treinamento, não; mas o que diz respeito a obra é praticamente impossível. E aí talvez os Estados do Norte e do Nordeste tenham mais dificuldades ainda de fazer a aplicação desses recursos, porque há exigências realmente bem complexas de se superar. Invariavelmente, esses Estados devolvem recursos pela não execução em razão da complexidade que se tem.

Como enfrentar o crime? Da segurança pública eu falo com muita tranquilidade. Eu queria só fazer uma observação. Nós, no Rio Grande do Norte, temos uma deficiência na Polícia Civil de 70% em recursos humanos; na Polícia Militar, de 30%; e, no Corpo de Bombeiros, de 40% — e o Nordeste é uma região que tem um litoral enorme e uma seca tremenda, onde o Corpo de Bombeiros é extremamente necessário.

Então, encontramos o sistema de segurança pública muito comprometido, mas o compromisso do Governo do Estado era o de priorizar a segurança pública. E nós temos, nesses 4 meses, feito um trabalho baseado na mancha criminal. Fomentamos a inteligência e, mesmo com essa deficiência de pessoal, reduzimos o número de homicídios até ontem — eu acompanho isso diariamente — em 9,11%, uma redução significativa. E reduzimos os índices de furto, roubo e lesão corporal num patamar de 16% a 20%, em que pese essa deficiência de recursos humanos, a deficiência que a gente tem de todo o aparato tecnológico, de inteligência, mas trabalhado na mancha criminal o chamamento, o compromisso do Governo do Estado com o sistema de segurança pública, pagando as diárias operacionais em dia, comprometendo-se com o servidor do sistema de segurança, chamando também os Municípios à responsabilidade.

A Constituição é clara ao dizer que segurança pública é dever do Estado, mas é responsabilidade de todos. E para a minha grata surpresa, os prefeitos têm se sensibilizado e boa parte deles têm participado intensamente de programas de prevenção, de programas inclusive de repressão, com suas Guardas Municipais junto com o Ministério Público, com o Poder Judiciário.

Há Câmaras que discutem quinzenalmente os temas da segurança pública. Eu acho que essa união de esforço tem baixado esses índices no Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Dra. Kalina.

Eu quero me dirigir à Dra. Dinorá Simas, ex-Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, do Rio Grande do Norte, e atual Diretora da Cadeia Pública Professor Raimundo Nonato Fernandes.

Foi noticiado recentemente, no dia 6 de abril deste ano, ainda quando V.Sa. era Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, a fuga de 32 detentos, que escaparam por um túnel cujas dimensões impressionam.

Recentemente, no dia 27 de abril, foi noticiado novamente que encontraram um novo túnel no Pavilhão 1, o qual concentra o maior número de presos do complexo penitenciário. Aliás, segundo informou o atual Diretor dessa unidade prisional, o Sr. Eider Brito, não se trata apenas de um túnel, mas de verdadeiros salões, no qual cabem várias pessoas em pé, tem cerca de 10 metros de profundidade e quase 20 metros de extensão no sentido do paredão da unidade.

Segundo informado, no túnel havia até sistema de iluminação e ventilação e uma escada construída pelos próprios presos, e se não tivesse sido descoberto a tempo, ocorreria a maior fuga da história do Rio Grande do Norte.

Diante disso, questiono a V.Sa.:

1) Como foi possível que os detentos fizessem esses túneis sem que a Direção do presídio notasse algo? Para onde ia, por exemplo, toda a terra retirada para abrir esses buracos? Como se dá ou se dava, enquanto V.Sa. era Diretora, a fiscalização nas celas e nos pátios da Penitenciária de Alcaçuz?

2) Após o que foi relatado, que medidas foram adotadas para que não voltassem a ocorrer fugas por túneis no complexo penitenciário, já que o mesmo é construído em área de dunas, o que facilita as escavações?

3) Em que condições estava a Penitenciária de Alcaçuz quando V.Sa. assumiu a Direção e em que condições estava quando a deixou? Em que condições se encontra a Cadeia Pública Professor Raimundo Nonato Fernandes?

4) Levando-se em consideração as dimensões do túnel, assim como o esforço necessário para a sua construção, sem o conhecimento das autoridades

carcerárias, é possível que haja o envolvimento de servidores? A pergunta é: é possível que haja envolvimento de servidores?

5) De que forma e com que periodicidade é realizada vistoria nas celas para encontrar celulares, armas, objetos não permitidos?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Eu quero informar aos senhores que eu fui Diretora de Alcaçuz de 2002 a 2014. Assumi a coordenadoria do sistema penitenciário por um período e, na mudança do Governo, retornei para Alcaçuz, porque era um desejo que eu tinha de trabalhar em Alcaçuz.

Então, durante esses 2 anos, não houve nenhuma fuga em Alcaçuz, a fiscalização era intensa. Fazia 3 anos que não havia fuga em Alcaçuz. Com essa rebelião, os presos ficaram totalmente liberados, soltos no pátio. Então, eles das celas... A gente já abortava várias fugas. Durante esses 3 anos foram abortadas várias fugas. Agora, depois da rebelião, eles estão soltos. Não existe fiscalização. O número de agentes é insuficiente para a fiscalização. Quando há necessidade, nós convocamos um grupo especial que o sistema penitenciário tem. Ultimamente, nós estamos fazendo essa contagem — e até a contagem dificultou, porque eles estavam soltos.

Então, na medida em que eles estavam soltos, 24 horas, nós não tínhamos condição de abortar essas fugas dentro do pavilhão, adentrar o pavilhão, porque eles estavam soltos, e nós não tínhamos efetivo. A Polícia Militar só entra na hora de resolver; a Força Nacional também, só entra na hora de resolver. Então, para nós, agentes penitenciários — e eu sou agente penitenciária de carreira —, fica muito difícil com o efetivo que nós temos. Nós não temos... Houve essa rebelião, e nós não tínhamos munição não letal. Até agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sra. Dinorá, perdão, não tinha controle de ninguém da penitenciária desses presos soltos no pátio?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Não, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eles voltavam para a cela?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - É. Eles voltavam para a cela ou ficavam no pátio. Não tinha controle nenhum depois da rebelião, e até agora eles continuam nessa situação. Enquanto não reformar a unidade, eles não vão retornar para as celas. Elas foram todas destruídas. As grades foram totalmente destruídas.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, doutora.

Sr. Presidente com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu vou conceder a palavra ao meu prezado Deputado Betinho Rosado, que está aqui desde o início, aguardando tão pacientemente.

V.Exa. tem a palavra, Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETO ROSADO - Obrigado, Presidente Fraga.

Quero saudar todos os meus colegas norte-rio-grandenses que estão presentes no dia de hoje, o nosso Juiz Dr. Henrique Baltazar.

Quero, primeiro, Presidente, falar a respeito dessa equipe. O Rio Grande do Norte tem excelentes profissionais. A turma que está aqui hoje é uma turma de ponta, profissionais importantes da nossa área. O Juiz Henrique Baltazar, com 30 anos na área criminal, a nossa Secretária de Segurança Pública, Kalina Leite, que tão bem conduziu a crise do sistema carcerário naquele momento delicado que nós vivemos, junto com a Dinorá, que era àquela época Diretora do Presídio de Alcaçuz, têm contribuições importantes ao Estado. Dinorá foi alvo de diversas ameaças dos presos. Inclusive há vídeos gravados dentro dos presídios, cantando o *rap*, como disse aqui o nosso juiz.

Eu quero só fazer um adendo rápido: apresentei aqui na Casa um projeto de lei para colocar bloqueadores de sinais de comunicação. Foi um pedido do Secretário da SEJUC do Rio Grande do Norte, Edilson França. Nós tínhamos diversas leis estaduais tentando colocar, mas era impedido, porque não existe uma lei federal que faça uma efetiva ação em relação a isso.

Então, o meu projeto é exatamente para que as empresas de comunicação sejam obrigadas, usando o Fundo Nacional Antidrogas, a instalar esses aparelhos. Nós sabemos que a revista é importante, é uma ação do presídio, mas com esses bloqueadores teremos uma ação muito mais ampla.

Referente ao nosso Rio Grande do Norte, o Governo do Estado tomou diversas ações importantes. O Governador é um conhecedor da área de segurança. Eu também sou defensor de que existe um repasse fundo a fundo. Assim como nós temos o FUNDEB na área de educação e na área de saúde repasses diretos do Governo Federal para um fundo de educação e de saúde pública, temos que lutar

por um repasse para a área de segurança pública, para que se possa colocar em prática as construções e as políticas públicas.

Eu quero apenas fazer uma pergunta à nossa Secretária Kalina Leite: que nos informe exatamente as ações do Governo Federal tomadas para combate a esta situação por que o Rio Grande do Norte passou.

A SRA. KALINA LEITE GONÇALVES - Eu queria cumprimentar os meus Deputados queridos do Rio Grande do Norte, Felipe Maia e Beto Rosado, com quem ainda não falei.

O Governo Federal foi presente naquele momento da crise. Depois, eu passei pouco tempo, e foi nomeado um Secretário de Justiça, uma pessoa extremamente experiente, Dr. Edilson França, que é Subprocurador da República aposentado, atuou muito tempo no Conselho Federal, no Conselho Penitenciário. Ele começou esse diálogo com o Governo Federal, com uma preocupação muito grande de não devolução do recurso. Nós temos agora recurso para ser devolvido se não se iniciar uma obra de uma unidade. São quantas vagas, Dr. Henrique?

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - São 630.

A SRA. KALINA LEITE GONÇALVES - São 630 vagas. Se não começar até o dia 30 de junho, o Governo do Estado vai ter que devolver esse recurso, porque ultrapassou todos os prazos de execução. Então, isso demonstra o abandono que o sistema prisional vivenciou ao longo de muitos anos, e não foram 4 anos não, porque esse convênio, salvo engano, é de 2010. Esse é um exemplo clássico, já perderam outros recursos em razão da não execução.

O Dr. Edilson França está em constante diálogo com o Governo Federal para aproveitar esse recurso. Infelizmente, há uma mobilização, não sei se com conotação política ou não, coincidentemente são prefeitos de oposição, para criticar extemporaneamente a construção dessa unidade no Município de Ceará-Mirim, da região da Grande Natal, mas agora já não há tempo. Não sei dizer se lá é o pior ou o melhor lugar para construir, mas agora não há mais tempo, porque a obra tem que ser iniciada até 30 de junho, sob pena de devolução.

Então, as ações do Estado, a gestão do Estado junto ao Governo Federal tem sido acompanhada pelo Dr. Edilson, a equipe do DEPEN está inclusive sistematicamente visitando o Estado, mas o Governo do Estado também está muito

preocupado com esse problema gigantesco que recebeu, que não se resolve em 3 meses. O problema de vários anos aconteceu em 3 meses. Autorizaram-se a criação de vagas e de cadeias provisórias e regionalizadas, inclusive cinco unidades para este ano. Em que pese toda a dificuldade orçamentária e financeira que atravessa o Estado, o Governador autorizou a construção dessas unidades.

Sobre o que a Dinorá disse, que chama atenção de todo mundo, eu me deparei com essa realidade no Estado. Eu sabia que em alguns Estados do Brasil isso acontecia, mas não imaginava que acontecesse no Rio Grande do Norte. O agente penitenciário não entra na unidade. Quem é, Dinorá, a pessoa que toma conta da chave dos pavilhões?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - O pagador.

A SRA. KALINA LEITE GONÇALVES - O pagador. Eu não imaginava que o Rio Grande do Norte estivesse nessa realidade. Isso é de conhecimento do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Secretaria de Justiça. Eu não imaginava que quem comandasse o sistema no Rio Grande do Norte e em vários Estados do Brasil fosse o pagador, o preso — ele que abre, ele que fecha. Eu sabia que estava próximo disso o Rio Grande do Norte, mas não imaginava que se tivesse chegado a este ponto.

Então, é realmente preocupante quando a gestão de uma unidade pública é controlada pelo preso. É extremamente preocupante. Acho que a gente chegou realmente ao fundo do poço. E eu acho que a principal importância desta investigação da CPI é desvendar esse tipo de coisa que existe.

Por que o poder público foi omisso ao ponto de o preso tomar conta do presídio? Eu não imaginava que o Rio Grande do Norte estivesse neste ponto. E isso acontece há anos.

Agora, uma coisa que é certa, em que pese algumas pessoas não terem isso como princípio, que a gente deve tratar o peso bem, a gente tem que ter em mente que não é um bom negócio tratar o preso mal, não é um bom negócio, porque na pior das hipóteses jogar o preso no colo das facções é muito pior para a sociedade, porque ele vai retornar ao convívio. Então, a gente tem que lutar por um sistema prisional digno, que tenha condições, que tenha capacidade de devolver. Sabemos da dificuldade da ressocialização, mas, pelo menos, devolvê-lo na condição que

entrou ou um pouco melhor. Hoje, do jeito que se encontra o sistema carcerário, certamente ele volta para a sociedade pior do que entrou no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E nós não estamos falando do PCC. Não é, Dr. Henrique?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Lá já existe PCC?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tem? O pagador, então, seria do PCC?

A SRA. DINORÁ SIMAS LIMA DEODATO - Não, aí a gente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - O pagador, na verdade, é um preso...

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - É o pagador-chaveiro.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - É um pagador-chaveiro.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - É um preso que fica tomando conta do pavilhão, porque não há agente penitenciário em número suficiente para cuidar dos pavilhões. Na verdade, os agentes entram nos pavilhões em grupo, com arma na mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos ouvir o Deputado Givaldo Carimbão e, depois, o Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, companheiro Alberto Fraga, querido Relator, Deputado Sérgio Brito, Srs. Secretários, Srs. Juízes, companheiros, imprensa presente, eu estou nesta Casa há 20 anos, cinco mandatos, mais três mandatos que tive no Estado, são oito mandatos como Parlamentar. E óbvio que, quando você é eleito, tem bandeiras, propostas, ideias, você é proporcional, representa uma fatia da população.

Eu sempre, na minha vida, dediquei-me às questões sociais. Há 30 anos construí um lar para acolher meninos de rua e até hoje eu o mantenho em Alagoas. Cheguei a ter mil crianças de rua no Lar Coração de Jesus. A minha vocação sempre foi muito mais o social. Depois, o tempo vai nos levando. O País não tomou conta dos problemas iniciais e, hoje, está pagando caro pelo que aí está. Eu tenho dito que há 30 anos, quando comecei a minha vida pública — eu tenho 30 anos de mandato —, era o cheira cola. Eu era Vereador em Maceió. Lá foi feita uma lei para

proibir a venda de cola de sapateiro à criança — o Estatuto da Criança e do Adolescente. De repente, o Governo tomou conta da cola e foi para a maconha, cocaína e *crack*, e continuam os governos tomando conta e a situação se agravando no País.

Eu tive a felicidade e a honra de, no mandato passado, relatar a nova política sobre drogas no Brasil. Eu tive a honra e a felicidade de ser Relator. Eu e vários Deputados e Senadores fomos a 22 países, entre eles Suécia, Holanda, Inglaterra, Alemanha, Portugal, França, Itália, Estados Unidos e Canadá, só para estudar essa matéria. Mais de 50 companheiros nos acompanhou. Conseguimos um avião da FAB. Foi um dos grandes trabalhos que fizemos pelo Brasil e pelo mundo. Dos 27 Estados brasileiros, eu fiz, no mínimo, três visitas a cada um — 75 viagens. Já vai contando cem viagens.

Eu começaria, companheiro Fraga, dizendo o seguinte: eu comecei na CPI como Relator — permita-me — desse tamanho de conhecimento e terminei, modéstia à parte, escrevendo dois livros sobre a matéria. Eu não tenho dúvidas de que, com a capacidade e o compromisso que o Deputado Fraga tem, nós daremos uma grande contribuição ao Brasil. Aqui estão cinco, seis Deputados. Aparentemente, pode ser pouco, mas, óbvio, ao final vai engrossando o caldo. Estou convencido. A mim, não me parece, não; estou convencido. Números podem ser contestados, mas vamos discutir esses números no decorrer de 4 meses, mais 4, mais 4, poderá ser 1 ano, e quem sabe passar 2 anos a CPI, estou colocando muito mais do que a CPI, depois uma Comissão Especial.

A você que está nos assistindo na *TV Câmara*, porque este momento pode reprisar em vários momentos pelo Brasil, eu posso assegurar que dará grande contribuição ao Brasil. Na Copa do Mundo — parece-me, que o Deputado Fraga, S.Exa. e eu, que tenho 57 anos, estamos com a mesma idade, o Deputado Eros é mais novo — havia uma música celebre: *"Noventa milhões em ação (...) Pra frente, Brasil, Salve a Seleção!"* A 45 anos, o Brasil tinha 90 milhões de brasileiros e 30 mil presos.

Eu estudei essa matéria, modéstia à parte, durante um bom tempo. Noventa milhões de brasileiros, com 30 mil presos! O Brasil, hoje, tem 200 milhões de habitantes, na proporção, 110%. A população do Brasil cresceu, em 45 anos, 110%.

A população carcerária do Brasil cresceu de 30 mil para 600 mil. Se brincar, no final do ano chegaremos a 800 mil presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Seiscentos mil, sem os provisórios, não é?

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Com os provisórios, vamos a quase 1 milhão de presos, 800 mil presos, pessoas que estão presas. Enquanto a população do Brasil cresceu 111%, a população carcerária cresceu 2000%. Isso é um número alarmante!

Agora, companheiro Sérgio Brito, companheiro Alberto Fraga, senhores e senhoras aqui presentes, vamos buscar quanto por cento cresceu a população de estudantes no Brasil. O Brasil reduziu — eu peguei os dados de Alagoas, por exemplo, de 15 anos atrás — o número de alunos nas escolas. Estou dizendo, com números oficiais do MEC e da Secretária do Ministério da Justiça no Brasil.

Atenção, senhoras e senhores! Um preso no Brasil, hoje, está custando, se for terceirizado — em Alagoas, por exemplo, meu Estado, onde foi construída uma cadeia há 3 anos —, 3.700 reais. É o preço de um terceirizado, o preço direto, mas há componentes do Estado que custam em torno de 5 mil reais. Eu, junto com a Rita Camata, fui o Presidente, e a Rita, a Relatora, da medida socioeducativa.

Atenção, Dra. Kalina, Dr. Henrique! Nós temos um salário, na média brasileira, um pouco acima. Nós pagamos Imposto de Renda, pagamos nossos encargos, como a população como um todo. Uma criança, um jovem de até 18 anos, que roubou um celular, que estava com dez pacotes de maconha ou de *crack* etc. que cometeu, enfim, está na FEBEM, ou seja, cumprindo medida socioeducativa nas antigas FEBEMs do Brasil, hoje, para o Estado, companheiro Fraga — escreva o que o Deputado Federal Givaldo Carimbão está dizendo — está custando em torno de 12 mil reais por mês. A média, no Brasil, para fazer uma socioeducativa é de 12 mil reais por mês! O preso que tem maioridade está custando em torno de 5 mil, 6 mil reais, e a criança está custando, hoje, 12 mil reais. Se botar na Suíça ainda vai sobrar dinheiro. E o pior, como a Dra. Kalina disse, que é a figura nacional: sai muito pior do que entrou. Não existe ressocialização.

Eu estou conversando agora... Deputado Fraga, permita-me um tempinho. Pela experiência, eu acho que a gente pode contribuir com esse processo. De

antemão, não tenho dúvidas de que o Brasil ganhará com esta Comissão. Para mim, está claro — eu estou olhando o requerimento —, é para discutir o problema do Rio Grande do Norte, neste momento. Eu estou vendo aqui vários requerimentos. Eu vi a companheira Regina Miki, que já saiu, discutindo aqui o buraco, o túnel. Que bom! É o Rio Grande do Norte, lógico!

O Brasil não suporta mais esse modelo carcerário. Esse modelo faliu. Tem que colocar uma bomba...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Cuidado! Cuidado com as palavras.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Claro, no modelo, lógico, e construir novas formas de modelo. Não é possível! A legislação pode ajudar. Alguém tem que estudar como se pode fazer isso de forma mais barata e mais consistente, para que dê resultados.

Meus companheiros, eminente juiz, ontem eu estava na...

Sr. Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e APACs, Dra. Kalina, eu viajei o Brasil inteiro, os 27 Estados. Reuni-me com todos os Secretários de Segurança do Brasil. Oitenta por cento de pessoas, no Brasil, estão presas por causa de drogas. De cada cem presos, para usar ou a usar cometeu um delito. Ele não está preso porque estava com a droga. Eu passei 18 dias dentro de uma delegacia, com um delegado, entendendo isso. No Boletim de Ocorrência — BO não consta que ele está preso porque usou drogas. Para usar ou a usar, ele cometeu delito. Se nós temos, hoje, 800 mil presos no Brasil, 500 mil presos estão por causa de drogas.

A Fundação Getúlio Vargas foi contratada para fazer uma pesquisa no Brasil para saber quantas pessoas estão usando *crack* — 1% da população, 7%, maconha. Um por cento da população do Brasil, 200 milhões, são 2 milhões de brasileiros. Oitenta por cento de quem está sendo preso é por conta de drogas? Nós estamos dizendo, então, que há uma fila de 500 mil, que eu sei quem é que está usando *crack*. E qual é a política do Brasil? É cadeia! É cadeia! É cadeia! Está falido! Eu tenho que fazer uma barreira não de polícia, mas uma barreira social, de inteligências, não da inteligência policial, mas da inteligência social. De que forma? Parece-me que é primário isto. Eu tenho que encontrar formas e meios. Não é

colocando polícia que vai resolver o problema, não. É importante polícia? É. Mas que política pública eu posso usar?

Eu convenci o Governador Teotônio Vilela a criar uma Secretaria de Estado da Promoção da Paz para acolher dependentes químicos. Eu acolhi, durante 4 anos, 15 mil dependentes químicos. Hoje mais de 5 mil eram para estar presos, mas estão recuperados, a um custo de mil reais por mês, durante 6 meses. Alagoas, agora, dá o maior exemplo para o Brasil.

Eu convenci o Governador Renan Filho a criar a Secretaria de Prevenção à Violência, porque só fala depois da violência, como foi colocado aqui. Eu transformo a Secretaria da Promoção da Paz em Secretaria de Prevenção à Violência. Ou seja, Presidente Fraga, companheiro Sérgio Brito, nós vamos ter que ter a capacidade aqui de desenvolver esse modelo. Claro, vai avançando, avançando, vai discutindo. É um caso no Acre, é outro caso, mas a questão é nacional. Nós temos que ter aqui um grupo de pessoas para apresentar novas fórmulas. Parece-me que o primário está na nossa vista. Parece que ninguém mais está vendo.

Meu amigo, se as cadeias, a cada dia, dizem túnel, túnel, túnel, por que não se faz cadeias sob *pilotis*? Parece que é primário. Pelo amor de Deus! Mas o modelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Cansei de dizer isso.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - É o modelo. Se tem o túnel, o túnel, o túnel, eu vou fazer cadeia sob *pilotis*, que não tem túnel. Agora, como eu vou fazer? São remédios, parece-me, homeopáticos, um tanto quanto mais simples.

Eu vou colocar o seguinte: por exemplo, o regime semiaberto. A legislação brasileira... E aí nós vamos entrar nesse processo, eminente doutora, doutor juiz, ajude-me aqui. Alguém que é condenado, Dr. Henrique Baltazar dos Santos, por exemplo, por 10 anos de condenação simples, tira um sexto da pena em medida de reclusão fechada — 1 ano e 6 meses. Depois pode sair para o semiaberto e depois para o aberto. Ele entrou roubando um celular e lá aprendeu a roubar a fábrica de celular — 1 ano e 6 meses foi o suficiente. Se não for assim, ajude-me, por favor! Todas as cabeças estão balançando as inteligências do Brasil. Aí eu lhe pergunto: Mas que coisa! Eu disse: *"Não é possível isso!"* Depois de 1 ano e 6 meses, o preso vai para o semiaberto. Onde há semiaberto? Que modelo há de semiaberto no

Brasil? Aí vamos lá: de repente, o cara sai da prisão diretamente para a rua. A primeira coisa que ele faz é roubar o dinheiro de alguém para pegar o ônibus. Se ele for de uma cidade do interior, que fica a 30, 50 quilômetros, onde for, não tem dinheiro para chegar em casa. Se ela não tiver família, já sai e vai começar tirando um dinheirinho para chegar em casa. São primárias essas coisas.

Eu fui a Caruaru, Alagoas, fazer uma visita de cortesia a meu companheiro Deputado Pedro Corrêa, que estava preso em Canhotinho. Dra. Kalina, pelo amor de Deus! Parece que alguém não está... Aí fizeram uma cadeia para semiaberto, em Canhotinho, uma cidade que não tem 4 mil empregos e tem uma prisão para 2 mil presos de semiaberto. O que é regime semiaberto? É para alguém que trabalha durante o dia e volta para a cadeia à noite. A cidade não tem emprego nem para essa pessoa quanto mais para 2 mil presos! Acordem! Pelo amor de Deus! Esse modelo não bate. Está falido, meu amigo, e ninguém está pensando nisso, ninguém está buscando fórmulas, meios! É somente cadeia, cadeia, cadeia, cadeia, cadeia! Isso resolve o problema?

O Casagrande é meu irmão, eu fui do PSB por 20 anos. O Casagrande foi Deputado comigo, fui Líder dele, ele foi meu Líder. Aí eu disse: *"Meu Deus do céu!"* Eu não vou mais não... Construiu oito cadeias. Uma cadeia para 500 presos custa 20 milhões. A média brasileira é de 20 milhões para 500 presos. Aí eu pergunto... Aí você bota três cadeias a 1.500, mas você tem... O Estado do Rio Grande do Norte, sem exagero, não deve ter menos de 8, 10 mil execuções sem serem cumpridas. Deve ter 5, 6, 8 mil.

Nós da CPI temos, claro, que escutar, etc., mas temos que ter a capacidade de propor. Acho que tem que abrir a cabeça dos governantes. Nós temos a capacidade de ajudar o Brasil a encontrar novas formas. Eu assumi o compromisso com o Governador Renan Filho, agora, de transformar a Secretaria da Promoção da Paz. As crianças do pré-escolar ao nono ano têm que estudar cultura de paz, para prevenir da violência. Eu estive na Suíça estudando, e, de repente, quando trouxe para cá e implantei, meu amigo, é uma mudança radical. A prevenção é muito mais barata do que a cadeia.

Para encerrar, no Brasil, eu rodei do Oiapoque ao Chuí. Eu não encontrei sobre drogas, por exemplo, 1% de prevenção. Eu não encontrei 1%, Deputado Fraga. É o nosso caso aqui. É todo mundo.

Dizia-me aqui Regina Miki: *"Lamentavelmente é essa a situação".* Parece que o trabalho todo é de manhã, de noite, é de 8 da manhã até às 10 da noite, só para enxugar gelo, enxugar gelo, enxugar gelo, e não há grupos pensando em novas fórmulas.

Eu quero deixar aqui essa minha contribuição inicial. Eu estava vendo no iPad as cadeias do Brasil inteiro. Aqui eu tenho de A a Z. É replicado no Brasil inteiro... Eu passei 1 mês na prisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tudo calça 40.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Eu pedi ao juiz que me autorizasse a ficar 1 mês dentro da cadeia. Eu tinha vindo da Suécia, Holanda, dos Estados Unidos. Enfim, eu disse: *"Eu quero conhecer agora"*. O pior, permita-me, aí dizem assim: *"Na cracolândia não, porque as (ininteligível) no Brasil inteiro. Na cadeia usam-se mais drogas ou tanto quanto do que fora dela".* Essa foi a realidade que encontrei. Eu não encontrei nenhuma ressocialização. Há modelos aqui, ali, essa do Espírito Santo, em vários lugares. Não chega a 3%, 4%. Oitenta por cento de quem sai da cadeia, depois de cumprida a pena, ou volta para a cadeia, ou volta para o cemitério.

Meu amigo, vamos parar! Vamos colocar uma bomba no sentido de encontrar, mudar caminhos. Temos capacidade de pensar. Eu vou deixar uma frase aqui para que a população possa entender, os senhores e os nossos companheiros também: *"Reproduzir o senso comum é mediocridade".* Vou repetir, isso é uma reflexão: *"Reproduzir o senso comum é mediocridade"*. Nós não somos medíocres, não. Eu não gostaria de ficar aqui 4 anos para reproduzir o que está aí, porque, para mim, é mediocridade.

Que Deus nos abençoe!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.

Como os nossos convidados podem ver, o conhecimento deste homem na área de drogas é uma coisa fantástica e vai nos ajudar muito aqui.

Para encerrar, nós vamos passar a palavra ao nosso Deputado Eros Biondini.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Boa tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga, Sr. Relator, nobre Deputado Sérgio Brito, querido companheiro, amigo-irmão Deputado Givaldo Carimbão, Deputados e Deputadas aqui presentes, convidados, que muito nos enriqueceram com suas falas, eu sou de Minas Gerais, estou iniciando o meu terceiro mandato, o segundo como Deputado Federal. Há 25 anos, eu tenho me dedicado, primeiro como voluntário e missionário de movimentos sociais. Eu não tenho histórico de política partidária na família. A minha entrada na política foi fruto de um intenso trabalho, como o do nosso amigo Givaldo Carimbão, na questão da dependência química, que foi meu problema também na adolescência, o que me fez ser indicado para representar o povo de Minas Gerais, primeiro, na Assembleia de Minas, e agora, na Câmara dos Deputados.

Eu me esforcei muito junto ao Bloco e à bancada do PTB para participar desta CPI. Por quê? Porque nestes 5 anos que vamos completar, no caso, na Câmara dos Deputados, uma coisa me chamou a atenção, fruto da pouca experiência que tenho nestes 25 anos de intenso trabalho na recuperação do ser humano e nestes 9 anos de vida parlamentar.

Nós discutimos exaustivamente o problema das drogas, da violência, da criminalidade, da insegurança, da vulnerabilidade social, do sistema prisional e, muitas vezes, nós percebemos ainda uma ignorância, no bom sentido, uma falta de conhecimento, como dizia o Deputado Givaldo Carimbão, Relator, de possibilidades e alternativas de soluções concretas.

Anteontem, nós relançamos, reeditamos a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e APACs, que foi uma das Frentes mais atuantes da Legislatura anterior. Juntamente com a Comissão Especial do *Crack* viajamos o Brasil inteiro remapeando a realidade do dependente químico *versus* a possibilidade de ele ser acolhido em alguma comunidade para recuperação e também os outros equipamentos CAPS AD e todas as outras coisas. Então, nós chegamos a um raio x e devemos muito isso ao Deputado Carimbão.

Conseguimos avanços nos 4 anos da Legislatura passada fantásticos. Não vem aqui ao caso dissertar sobre eles, mas foram fantásticos. Relançamos

anteontem a Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e APACs. Estavam aqui representantes de todas as federações de comunidades terapêuticas do Brasil, Pastoral da Sobriedade, juízes que trabalham com o modelo APAC em Minas Gerais, o Dr. Renato, Diretor do DEPEN. Uma Mesa qualificadíssima, fenomenal.

A começar, quando anunciamos Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas e APACs, o pessoal disse: *"Eu também ajudo a APAE".* Ou seja, dos 513 Deputados aqui, 13 deles — eu estou achando que é muito — devem saber o que é APAC. Inclusive, o modelo hoje já existe no Rio Grande do Norte. Por isso, também isso já me motiva... A minha colocação aqui vai ser breve.

Diante do caos, da falência do sistema prisional no Brasil, Sr. Presidente, eu acho que a única contribuição que eu posso dar, que este Deputado pode dar, e que quero focar só nela, inclusive, junto com o Deputado Givaldo Carimbão e outros, é a apresentação de um requerimento para realização de audiência pública, cujos convidados serão pessoas especialistas no modelo APAC. Deverão nos falar o que é o modelo APAC, que, segundo a Prison Fellowship, órgão ligado à ONU, é hoje, se não o melhor, um dos melhores modelos indicados no mundo de recuperação de presos privados de liberdade.

A APAC, que é uma associação reconhecida pelos Tribunais de Justiça como auxiliar ou modelo de cumprimento de pena, já tem mais de 40 anos, tem, nos seus dados, relatórios, resultados, o inverso de tudo o que nós temos no sistema prisional convencional.

Na APAC nós temos um custo em torno de mil reais por recuperando, porque não há nomenclatura do preso com número, ou só recuperando. Na APAC nós temos em torno de 10% de reincidência ou de volta ao crime daqueles que lá se recuperam. Se na nossa cidade alguém disser que vai construir um presídio no seu bairro, você já começa a procurar outra casa em outro bairro para mudar. Se você for a uma cidade onde há APAC verá que ela é o orgulho da cidade. Viu, Relator, e V.Exa. tão atencioso anotando com tanta delicadeza.

A APAC envolve a família, a comunidade local, a comarca e os presos, até por uma ironia, mas, assim, não quero... Lá também, vamos dizer, poderíamos falar — como chama o cobrador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O pagador.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - O pagador, porque na APAC não há agente penitenciário. Há, sim, em torno de quatro monitores por unidade, mas que não são armados. A fuga é infinitamente menor. E se há fuga, Dr. Henrique...

Como nos dizia anteontem o Dr. Luiz Carlos, do Projeto Novos Rumos, há fuga, mas, quando comparada a uma rebelião, por exemplo, a recuperação ao final daqueles que por lá passam... Em Minas Gerais, nós temos 36 APACs funcionando, nós temos 2.800 recuperandos no modelo APAC. Nunca houve rebelião, não há rebelião. Houve fugas? Houve, mas até porque alguns presos não se...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - São em torno de 2.800 recuperandos.

O SR. HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS - Deputado, se me permite, só uma colocação. Eu inspecionei cinco APACs em Minas Gerais. Eu sou um entusiasta do modelo APAC e tenho apenas um ponto que eu sempre insisti lá. E, na verdade, conversando com os Presidentes dessas APACs que eu inspecionei, Pirapora, por exemplo, foi uma das melhores que eu conheci, apesar de não ser famosa, mas é excelente a parte de Pirapora. Há uma muito ruim, que é Grão Mogol. Mas a média de fuga é alta, é bem mais alta do que no sistema penitenciário normal.

É o seguinte: eu inspecionei 52 presídios em Minas, cinco eram APACs. Em todos os outros 47, durante o ano de 2010, de janeiro a setembro, aconteceu uma só fuga. Nas APACs a média de fuga era 20%, era uma média altíssima. Mas o problema não é da APAC, o problema é da escolha de quem vai para a APAC. A APAC não é a solução para o sistema — evidentemente há bandidos que nunca podem ir pra lá —, mas é uma resposta eficiente e excelente, porque aqueles presos que denotam que não querem mais ser bandidos, que querem ser pessoas de bem, eles têm a única chance para isso. É a única, porque o sistema comum não dá essa chance.

Então, apesar da APAC, e eu sempre insisto nisso, porque eu gosto de deixar bem claras as coisas, apesar da média de fuga ser muito alta, o Presidente lá de Pirapora me disse uma coisa perfeita. Ele disse: *"O problema é quem escolhe quem vem pra cá. Nós da APAC não fazemos parte da Comissão"*. Então, a gente tem

condições de chegar e mostrar que aquela pessoa não tem o perfil de ir pra lá. Infelizmente colocam pessoas lá que não têm perfil pra ir pra lá. Se pega o preso com perfil adequado é o melhor sistema para complementar um sistema convencional, dando aí, para quem está na APAC, a possibilidade efetiva de ressocialização.

Era isso que eu queria colocar.

O SR. DEPUTADO EROS BIONDINI - Muito obrigado, Dr. Henrique Baltazar. As suas informações são corretas, são precisas.

Há um comparativo dessa questão da fuga com a escolha, o crivo pelo qual passam os presos para serem encaminhados para a APAC, aqueles que infelizmente não têm o perfil *versus*, ao final da recuperação, aqueles que são ressocializados. A APAC de Pouso Alegre é agrícola. A APAC de Pouso Alegre tem hoje talvez a melhor oficina mecânica da cidade, onde eles prestam serviço para a polícia, as ambulâncias, o serviço público, produz um dos melhores cafés — e o Deputado Givaldo Carimbão esteve lá —, inseminação artificial de gado *jersey*, tem uma padaria de alta tecnologia, e praticamente, Dr. Henrique, todos os recuperandos saem da APAC empregados. Há fila de busca de mão de obra qualificada pelo modelo APAC.

Então, é lógico que nós vamos ter outros debates, e quem dera que o Dr. Henrique e também a Dra. Kalina pudessem voltar a esta audiência, porque no Rio Grande do Norte também tem o Município de Macau. Infelizmente só em Minas Gerais é que, com adesão do Tribunal de Justiça, principalmente através do Projeto Novos Rumos, realmente o modelo APAC explodiu. Agora há uma no Espírito Santo, no Rio Grande do Norte, no Maranhão, mas, no máximo, mais umas seis unidades da APAC.

Vale a pena, Sr. Relator, nós irmos *in loco*. Além da audiência pública, nós vamos apresentar o requerimento aqui na Comissão. É urgente a visita da Comissão a dois modelos: o agrícola e talvez o de Pirapora. Ou, se a gente quiser, em Paracatu, há 1 hora e meia daqui, nós temos também uma APAC modelo, com regime fechado, semiaberto e aberto.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado.

As APACs realmente, em Minas Gerais, é o lugar onde há mais destaque e onde funcionou. Há críticas, mas os resultados são mais positivos do que negativos.

Senhores, pelo adiantado da hora, nós vamos dar por encerrada a nossa reunião. Agradeço aos nossos convidados.

No decorrer desse tempo, se surgir alguma coisa que possa contribuir para os trabalhos desta CPI, nós vamos agradecer. A sua postura, Dr. Henrique, é uma postura que me deixa, particularmente, satisfeito. Eu tenho criticado muito os Juízes da Vara de Execução Criminal, e a sua atitude é muito correta com relação à questão do nosso sistema prisional.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.